

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SILVANA TOCCOLNI

**A INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE VIDEIRA/SC**

**CAÇADOR
2018**

SILVANA TOCCOLNI

**A INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE VIDEIRA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso-(TCC),
apresentado no Curso de Serviço Social, na
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP),
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Hillevi Maribel Haymussi.

**CAÇADOR
2018**

**A INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE VIDEIRA/SC**

SILVANA TOCCOLNI

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de:

Bacharel em Serviço Social

E aprovada em sua versão final em _____, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe.

FÁTIMA NOELY DA SILVA
COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Dra HILLEVI MARIBEL HAYMUSSI
ORIENTADORA

BANCA EXAMINADORA:

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente nas horas de angústia, por ter me dado forças e coragem para chegar até aqui.

Gratidão pela vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, pela oportunidade de cursar uma universidade, pela fé e coragem que me concedeu.

Aos meus familiares que, mesmo não acreditando, de certa forma apoiaram minha decisão de retomar os estudos.

A minha filha que aceitou ter uma vida praticamente distante, pela falta de tempo para acompanhar sua vida cotidiana.

Agradeço algumas pessoas especiais que carregou no coração as quais acreditaram que seria possível. Apoiaram-me com palavras de incentivo nas horas difíceis, ouvindo meus lamentos. Especialmente uma pessoa que me deu muita força para não desistir, pois as dificuldades chegaram a ser maiores que minha força de lutar.

Agradecimento especial pelas brigas da minha ex-chefe Justina Fruet de Lima a qual foi a maior incentivadora para que aqui eu estivesse.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, pois souberam entender as dificuldades durante este percurso de quatro anos de convivência.

A minha supervisora de campo, Rosenir Corso, pela disponibilidade em me orientar no dia a dia do estágio.

Agradecimento especial para Giovana Bonetti, a qual supervisionou meu primeiro estágio de observação dentro da Unidade prisional Avançada de Videira-SC.

Agradecimentos especiais para a coordenadora do Curso, Sra. Fátima Noeli da Silva.

À Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari Pinto da Silva Neto por disponibilizar o local e a profissional para que ocorresse a concretização de meu estágio.

Em especial à orientadora deste trabalho, Professora Dra. Hillevi Maribel, pela paciência, apoio e auxílio disponibilizados durante o curso, bem como nesta etapa conclusiva do curso. OBRIGADA!

Aos colegas, pelas experiências trocadas, pelas palavras de incentivo, pelos quatro anos de convivência. Em especial a meu colega e companheiro de viagem, Estiver.

Por fim, a todos que, mesmo não mencionados, sabem a importância que tiveram em minha vida nesta longa e árdua jornada.

Meus sinceros agradecimentos, pois a soma de todos me apoiando fizeram com que aqui eu chegasse.

RESUMO

A presente monografia - A intervenção de estágio de serviço social junto ao programa Bolsa família na cidade de Videira/SC - inicialmente tece considerações acerca do capitalismo e suas consequências, em especial no campo das desigualdades sociais. Discorre, ainda, sobre os programas de transferência de renda no mundo e no Brasil. Na sequência, apresenta o histórico do surgimento e da unificação dos programas de transferência de renda os quais deram origem ao programa Bolsa Família, formas de acesso e condicionalidades. Ademais, traz a quantidade de famílias beneficiárias dentro do município de Videira/SC.

Palavras chave: Programa Bolsa Família, Capitalismo, Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

- BRF-** Brasil Foods
- BPC-** Benefício de prestação continuada.
- CAD-ÚNICO-** Cadastro Único
- CAPS-** Centro de atendimento psicossocial
- CFESS-** Conselho Federal de Serviço Social
- CEMEI-** Centro Municipal de Educação Infantil
- CLL-** Contribuição sobre o Lucro Líquido
- CLT-** Consolidação das Leis do Trabalho
- CRAS-** Centro de Referência de assistência social
- COFINS-** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
- FHC-** Fernando Henrique Cardoso
- IDH-** Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IGD-** Índice de Gestão Descentralizada
- IGD-E-** Índice de Gestão Descentralizada do Estado
- IGD-M-** Índice de Gestão Descentralizada do Município
- IGD-SUAS-** Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
- LOAS-** Lei Orgânica da Assistência Social
- LDB-** Lei de Diretrizes Básicas
- MDS-** Ministério do Desenvolvimento Social
- MPAS-** Ministério da Previdência e Assistência Social
- NIS-** Número de Identificação Social
- ONU-** Organização das Nações Unidas
- ONG-** Organização não governamental
- PAME-** Pronto Atendimento Médico Emergencial
- PBF-** Programa Bolsa Família
- PFZ-** Programa Fome Zero
- PT-** Partido dos Trabalhadores
- PETI-** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PRODEA-** Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
- RMV-** Renda Mensal Vitalícia

RBC- Renda Básica de Cidadania

SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUAS- Sistema único de Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UNIARP- Universidade Alto vale do Rio do Peixe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA DETERMINAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL	14
3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	27
3.1 HISTORICIDADE	27
4 O PROGRAMA CONDICIONADO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BRASILEIRO: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	37
4.1 HISTÓRICO	37
4.2 ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	39
4.3 OBJETIVOS	41
4.4 CadÚNICO	45
4.5 IGD	47
5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL	49
5.1 CONCEPÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO	50
5.2 PROJETO INSTITUCIONAL	63
5.3 PROJETO ACADÊMICO.....	63
5.3.1 Objetivos	63
5.3.1.1 Objetivo Geral	63
5.3.1.2 Objetivos Específicos	64
5.4 ESTRUTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS.....	67
5.4.1 Dados sobre o Programa Bolsa Família de Videira/SC.....	69
5.5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO	70
6 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência parcial do curso de Serviço Social da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

A presente monografia tematiza sobre os programas de transferência de renda, em especial o brasileiro denominado Programa Bolsa Família.

O Brasil apresentou o maior índice de crescimento mundial do século, no entanto, observou-se que isso não se traduziu na diminuição das desigualdades sociais. De modo geral, é bem verdade que o quadro das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo dificulta o acesso das pessoas aos serviços básicos de saúde educação, lazer, moradia, previdência, transportes entre outros. Esta monografia apresenta uma reflexão acerca do modo de produção capitalista.

Dessa forma, este estudo busca ponderar sobre esse aspecto, a partir das políticas públicas, em especial o programa Bolsa Família, o qual constitui a maior ação do governo com finalidade de diminuir a condição de pobreza e extrema pobreza do cidadão brasileiro.

Hoje o programa Bolsa Família é uma das maiores plataformas de transferência de renda existentes a nível mundial em números de pessoas atendidas. A criação desse programa demonstra a preocupação dos governantes em proporcionar tornar amena à situação de pobreza e extrema pobreza por meio de políticas assistencialistas e cujo foco político está nesses grupos sociais.

Esta monografia analisa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e no estágio supervisionado de serviço social, os desafios do Programa Bolsa Família, sua forma de implantação, seu impacto social na sociedade usuária deste programa no município de Videira/SC.

Também aborda quais as formas de ingresso no programa, moldes de cadastramento, quem pode ter acesso, de que forma acessar, valores recebidos e as condicionalidades para o recebimento. Ainda, analisa quais os maiores índices de pobreza gerados pelo capitalismo, o grande vilão das desigualdades sociais, geradoras da “Questão Social”, objeto da profissão de Serviço Social.

Não se pode perder de vista que o Serviço Social está inserido diretamente nos programas de transferência de renda. Dessa forma, faz-se necessário avaliar, analisar, intermediar toda e qualquer ação de recursos advinda para a população,

seja por programas, seja por projetos, ou por direito adquirido do usuário da Assistência Social. Considerando que um dos mais graves problemas da população brasileira é a dificuldade econômica das famílias, a ideia é estudar os desafios do programa Bolsa Família no processo de melhoria de vida das famílias.

Este estudo busca averiguar se este programa está contribuindo de fato para a melhoria proposta e verificar o real alcance dos seus objetivos. Diante da escolha da temática, destaca-se o propósito de demonstrar como se deu a intervenção de estágio curricular obrigatório de serviço social no Programa Bolsa Família, com foco na cidade de Videira/SC.

O assunto escolhido tem intenção de aprofundar a reflexão, uma vez que faz parte do trabalho que exercitamos no estágio curricular, por se tratar de um tema bastante comentado nos últimos tempos e de um programa de transferência de renda em que existem muitas contradições e interpretações errôneas sobre os valores recebidos. Intenta-se assim conscientizar as pessoas da realidade do programa, desfazendo a ilusão de que é possível sobreviver apenas com a renda do Bolsa Família.

Como objetivos específicos elencam-se:

- Refletir sobre o que são programas de transferência de renda e onde surgiram;
- Refletir teoricamente sobre a raiz da questão da pobreza e da desigualdade social;
- Contextualizar o surgimento do programa Bolsa Família no Brasil;
- Descrever o Programa Bolsa Família;
- Descrever o funcionamento do Programa Bolsa Família em Videira/SC;
- Identificar o número de beneficiários do Programa Bolsa Família em Videira/SC;
- Refletir sobre as dificuldades encontradas para manter os cadastros atualizados dos usuários no município de Videira/SC;
- Apontar em qual bairro se concentra o maior número de beneficiários.

O primeiro capítulo apontará reflexões sobre o modo de ser da sociedade contemporânea capitalista. Tecem-se considerações iniciais para compreender as implicações desta sociedade no seguimento dos programas de transferência de renda, aqui com ênfase no Programa Bolsa Família brasileiro. Enfatiza-se que o

modo de produção capitalista provoca profundas desigualdades sociais e reflete-se sobre as respostas do Estado para amenizá-las.

O segundo capítulo abordará sobre o surgimento das concepções de programas de transferência de renda, os modelos adotados em virtude da necessidade de auxílio para as situações de desigualdades, uma vez que estes programas vêm em benefício de populações vulnerabilizadas. Importante ressaltar que os programas de transferência de renda em outros países não se restringem apenas à população de baixa renda. Eles surgem como incentivo para algumas camadas da sociedade amparadas pelo governo em alguns períodos de sua vida.

O terceiro capítulo apresentará o delineamento do programa de transferência de renda brasileiro com condicionalidades: o Programa Bolsa Família, seu histórico, objetivos e desenho.

No quarto capítulo, explanar-se-á o desenvolvimento do estágio curricular obrigatório de Serviço Social. Aponta-se a concepção de Serviço Social que norteou essa intervenção, o projeto institucional, os objetivos do projeto desenvolvido junto à instituição, a caracterização institucional e as formas de intervenção, onde foram realizadas e as considerações finais sobre o estágio.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA DETERMINAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Este capítulo aponta reflexões acerca do modo de ser da sociedade contemporânea: capitalista. Tecem-se considerações iniciais para compreender as implicações desta sociedade no seguimento dos programas de transferência de renda, aqui com ênfase no Programa Bolsa Família brasileiro. Enfatiza-se que o modo de produção capitalista provoca profundas desigualdades sociais. Assim, reflete-se sobre as respostas do Estado para amenizá-las.

O capitalismo possui a influência direta para o surgimento do Serviço Social como profissão institucionalizada e legitimada, pois o aparecimento da questão social foi deflagrado a partir do que chamamos de ações assistencialistas, as quais são base do o surgimento da profissão. Todavia, o contexto histórico do Serviço Social como profissão não se restringe à questão social, mas a particularidades e peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa iniciada com a organização da burguesia.

A tradição marxista ensina que o capitalismo do século XIX provoca e influencia a dinâmica do ordenamento econômico. Tais mudanças causam reflexos na estrutura social e política da sociedade. Esse período demarca historicidade em que o capitalismo concorrencial dá espaço ao capitalismo dos monopólios.

Dessa forma, o capitalismo monopolista impõe contradições da ordem burguesa nos seus feitos de exploração, alienação e transitoriedade histórica, segundo a crítica marxista.

Com o advento da consolidação efetiva da organização monopolista, essa possibilitou a concretização de seu principal objetivo: o acréscimo dos lucros capitalista por meio do controle da questão econômica. Sendo assim, a organização monopólica da economia capitalista assume seu papel e aumenta os preços das mercadorias e serviços, elevando as taxas de lucros nos setores monopolizados. Isso gera o subconsumo e redução na taxa de lucro de investimentos gerados pela concorrência, economia de trabalho pela inovação tecnológica. Por fim, o aumento da oferta de mão de obra dos trabalhadores industrial de reserva.

Nesse período, dois elementos surgem no cenário social: a supercapitalização, em que o capital acumulado cresce dificultando sua valorização e o parasitismo instaurado na vida social em razão do monopólio.

O capitalismo monopolista conduz à contradição: socialização da produção e apropriação privada. Assim, surgem novos mecanismos no desenvolvimento, vitimizam-se na acumulação e valorização capitalista e o eixo da intervenção estatal na idade do monopólio serve para garantir superlucros. Com isso, o Estado assume múltiplas funções.

O capital monopolista, na lógica do Estado, tem como finalidade econômica o “comitê executivo” da burguesia que opera para a acumulação e valorização do capital monopolista.

Confrontando com o aumento da composição orgânica do capital e com os riscos crescentes da amortização do capital fixo, numa época em que as crises periódicas são consideradas inevitáveis, o capitalismo dos monopólios visa, antes de mais nada, preservar e aumentar a taxa de lucro dos trustes. (MANDEL, 1969, p.:94 apud NETTO, 2005, p. 20).

Dessa forma, a política social no capitalismo surge nas lutas de classe, decorrentes da mobilização da classe operária trabalhadora. Já, o Estado apresenta respostas antecipadas e estratégicas a suas ações. Nessa dinâmica, surgem os conflitos e os seguimentos da sociedade e Estado burguês confrontam-se. Os conflitos são inevitáveis, distorcendo as conexões casuais entre protagonistas em termos de interesses e estratégias, que por sua vez são acentuadas pelas agências privadas da sociedade, inserindo novas matizes na dinâmica do setor afetado.

As políticas sociais no sentido de intervenção estatal têm suas origens não somente na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, mas também - em profunda ligação com isso - pelas lutas políticas que ganham notoriedade nos processos de ampliação dos direitos sociais, ocorrido na passagem do século XIX para o XX (PAIVA e OURIQUES, 2006, p. 167).

Diante desse contexto, surge o conflito entre o público e o privado. Assim, o caráter público da questão social é o que acompanha o esforço aparentemente de natureza privada nas manifestações individuais. O Estado burguês no capitalismo monopolista converte a questão social em problemas sociais.

À medida que o capitalismo invade e devassa esse universo simbólico e afetivo do indivíduo, as mediações sociais entre indivíduo e sociedade ganham peso, e o individual passa a identificar-se com o ser psicossocial. Surgem propostas para redefinições de características pessoais com estratégias e terapias de ajustamento. A atomização social é aceita no plano fático como alternativa de

significação e valor à personalidade.

Partindo desse processo histórico social, observa-se o Serviço Social emergindo enquanto profissão na intercorrência de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais instaurados no espaço histórico social. Na segunda metade do século XIX, criam-se os primeiros cursos de Serviço Social na Europa, incorporando atividades filantrópicas, afinadas de um instrumental de natureza técnica. Porém, o que passa a ser fundamental para a profissão do Assistente Social é a criação de um espaço sócio-ocupacional em que o agente técnico movimenta-se, estabelecendo-se em condições histórico-sociais no mercado de trabalho.

Com as mudanças e transformações ocorridas, os homens passaram cada vez mais a depender da realização de ações conjuntas, para tornar possível a convivência em sociedade.

O capitalismo tem entre suas principais características o acúmulo do capital para girar a “roda da economia”. Então, quem detém o capital é quem tem as melhores condições de moradia, acesso aos recursos, educação, etc. Entretanto, quem está do outro lado como “engrenagem do sistema”, os trabalhadores que não detêm a renda nem o capital, estão na extremidade inferior da relação. Sendo assim, percebe-se um contexto de desigualdade social, gerada primordialmente pela diferenciação econômica entre pessoas e pessoas, classes e classes, sociedades e sociedades, entre outros.

Na concepção de Karl Marx, a desigualdade social era um fenômeno causado pela divisão de classe e, por haver nessas divisões classes dominantes, elas se utilizavam da miséria gerada pela desigualdade social como instrumento para manter o domínio estabelecido sobre as classes dominadas, numa espécie de ciclo.

A desigualdade era sempre ditada por aqueles que detinham os meios de produção, chamados, no conceito de Marx, de Burguesia, sobre os que detinham apenas a sua força de trabalho, também conhecidos na obra de Marx por proletariado.

O início do capitalismo ocorreu no século XIII, a partir da desestruturação do sistema feudal que, por sua vez, modificou o setor produtivo e as relações de trabalho. Foi então que surgiu o renascimento comercial caracterizado pela transição do feudalismo para o capitalismo.

No século XV, recebeu o nome de capitalismo comercial. Para alguns autores pré-capitalismo, marcado também principalmente pela expansão ultramarina de

colonização do novo mundo, política mercantilista, acumulação primitiva de capital e surgimento das primeiras potências Europeias: Portugal e Espanha.

No final do século XVIII e início do século XIX, ocorre o início do capitalismo industrial, caracterizado por muitas evoluções que foram primordiais à concorrência da primeira Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII: a utilização do carvão mineral como fonte de energia para a indústria têxtil, recebeu o invento da máquina a vapor e a inserção de outras nações no processo, como a França, Alemanha, Estados Unidos e Japão. O imperialismo europeu, a partilha colonial, o liberalismo e o surgimento do socialismo também marcaram esse período.

O capitalismo financeiro tem seu início no século XX e os fatos históricos e características da etapa remetem à Segunda Revolução Industrial. O descobrimento do petróleo como fonte de energia, a invenção do motor a combustão, a indústria automobilística ocorreram pela reordenação espacial da indústria e reorganização da divisão internacional do trabalho. Mas principalmente pela aceleração tecnológica, telecomunicações, informática, biotecnologia e a evolução do transporte, economia monopolizada, indústria e finanças, criação da União soviética, *crash* da Bolsa de 1929 (crise de 29), intervenção do estado na economia, determinando o liberalismo puro, a expansão e o surgimento de grandes transnacionais. É a consolidação da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Tecnológica.

Na sociedade, percebe-se que os indivíduos sociais se diferenciam em vários aspectos: raça, sexo, cultura, bens e outros. Os fatores mais simples para se constatar que os homens são diferentes são: físicos ou sociais. Constata-se isso em nossa sociedade, pois nela existem indivíduos que vivem na linha da extrema pobreza, sem nada para pôr em sua mesa, enquanto outros estão em mansões rodeados de luxos, com mesa farta todos os dias. Assim, surgem as desigualdades sociais, as quais assumem características distintas num conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais.

Várias teorias apareceram no século XIX criticando as explicações sobre desigualdade, entre elas a de Karl Marx, que desenvolveu uma teoria sobre a noção de liberdade e igualdade do pensamento liberal. Essa liberdade baseava-se na liberdade de comprar e vender. Outra muito criticada também foi a igualdade jurídica que se fundamentava nas necessidades do capitalismo de apresentar todas as relações como fundadas em normas jurídicas. Como a relação patrão e empregado tinha que ser feita sobre os princípios do direito e outras tantas relações também.

Marx criticava o liberalismo, porque só eram expressos os interesses de uma parte da sociedade e não da maioria como tinha que ser. Segundo o próprio Marx, a sociedade é um conjunto de atividades dos homens, ou ações humanas, e essas ações é que tornam a sociedade possível. Essas ações ajudam a organização social e mostram que os homens se relacionam uns com os outros.

Assim, Marx considera as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautado na propriedade como um fato jurídico e também político. O poder de dominação é que dá origem a essas desigualdades.

As desigualdades se originam dessa relação contraditória e refletem na apropriação e dominação, dando origem a um sistema social no qual uma classe produz e a outra domina tudo, em que esta última domina a primeira, dando origem às classes operárias e burguesas.

As desigualdades são fruto das relações sociais, políticas e culturais, apontando que não são apenas econômicas, mas também culturais. Participar de uma classe significa que você está em plena atividade social, seja na escola, em casa com a família ou em qualquer outro lugar. Ademais, essas atividades ajudam-nos a ter melhor consideração sobre si mesmo e seus companheiros.

As classes sociais mostram as desigualdades da sociedade capitalista. Cada tipo de organização social estabelece as desigualdades de privilégios e de desvantagens entre os indivíduos.

As desigualdades são vistas como fatos absolutamente normais, algo sem relação com produção no convívio na sociedade. Mas, analisando atentamente, verifica-se que para determinados indivíduos essas desigualdades são adquiridas socialmente. As divisões em classes se dão na maneira que o indivíduo está situado economicamente e sócio-politicamente em sua sociedade.

Como se depreende, no capitalismo quem tinha condições para a dominação e a apropriação eram os ricos; já quem trabalhava para estes eram os pobres. Pois bem, esses elementos eram os principais denominadores de desigualdade social, a qual não era somente econômica, mas também intelectual, ou seja, o operário não tinha direito de desenvolver sua capacidade de criação, o seu intelecto. A dominação da classe superior, os burgueses, capitalistas, os ricos, sobre a camada social que era a massa, os operários, os pobres, não era só econômica, mas ela se sobrepõe à classe pobre, isto é, ela não domina só economicamente como política e socialmente.

O crescente estado de miséria, as disparidades sociais, a extrema concentração de renda, os salários baixos, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

As desigualdades sociais não são acidentais, mas produzidas por um conjunto de relações que abrangem as esferas da vida social. Na economia, existem relações que levam à exploração do trabalho e à concentração da riqueza nas mãos de poucos. Na política, a população é excluída das decisões governamentais.

A industrialização no Brasil, a partir da década de 1930, criou condições para a acumulação capitalista, evidenciado não só pela redefinição do papel estatal quanto à interferência na economia (em que ele passou a criar as condições para a industrialização), mas também pela implantação de indústrias voltadas para a produção de máquinas, equipamentos, etc.

A desigualdade social causa vergonha no cenário internacional, pois o Brasil é um dos países mais desiguais. Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que, neste período, o índice caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). Porém está ainda é gritante.

A desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas não como herança pré-moderna, mas como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento econômico, cresceu também a miséria, as disparidades sociais – educação, renda, saúde, etc. – a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a baixa escolaridade, a violência. Essas são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

Quando se fala em desigualdades sociais e pobreza no Brasil, não se trata de centenas de pessoas, mas de milhões que vivem na pobreza absoluta. Essas pessoas sobrevivem apenas com 1/4 de salário mínimo no máximo!

A pobreza absoluta apresenta-se maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais da metade da população brasileira não tem recursos para a sobrevivência básica. Além dessas pessoas, há que se recordar também do contingente muito elevado de desempregados no Brasil, que vivem em condições piores que as desses assalariados. As condições de miserabilidade da população

estão ligadas aos péssimos salários pagos.

Mas não existem somente pobres no Brasil, pois cerca de 4% da população é muito rica. Isso prova a concentração maciça da renda nas mãos de poucas pessoas. Passados mais de oitenta anos, a modernidade chegou, mas os problemas ainda permaneceram, metamorfosearam-se ou multiplicaram-se. Entre estes problemas estão a miséria e a concentração de renda. Concentração de renda é quando a maior parte da riqueza de um país está concentrada nas mãos de poucos enquanto a maior parte da população detém a menor parcela de riqueza.

A concentração de renda não é só um problema nacional. Ao contrário, é mundial, não só pela questão da distribuição de riquezas entre países dito pobres e países dito ricos. Mesmo entre aqueles conhecidos como parte do primeiro mundo encontram-se zonas de pobreza.

Nos EUA, considerados os paladinos da democracia, há perto de 10% da população sem nenhum direito por serem imigrantes ilegais, oriundos em maioria do México e vivendo abaixo da linha de pobreza. Na Europa, o número de imigrantes chegou a 25 milhões no início do século XXI.

Nossa modernização não melhorou a condição de vida da maior parte da população. A desigualdade social brasileira é também um fato histórico. Iniciou-se no período colonial. Uma sociedade baseada nos extremos em que uma minoria de origem europeia era detentora de grandes extensões de terras, e uma maioria, que compunha a mão de obra, privada até mesmo de si, os escravos eram entendidos como propriedade dos senhores de engenho.

Igualmente, a abolição não trouxe a inclusão. Ao contrário, com a incorporação da mão de obra imigrante, foi possível formar um exército industrial de reserva que permitia a exploração excessiva desta nova mão de obra, o assalariado, como também jogar na marginalidade o liberto.

Karl Marx, no século XIX, já falava em exército industrial de reserva: operários desempregados mais potencialmente empregáveis. Como o salário representa o pagamento pela construção social da mão de obra, ou melhor, o salário corresponde ao valor de troca da capacidade de trabalho em plano social, o valor do salário individual é resultado da diluição deste valor de troca entre a massa de desempregados. O valor de troca básico de uma mão de obra seria o correspondente à produção do próprio trabalhador, ou seja, de sua alimentação, moradia, estudo e vestuário. Acontece então que o salário é correspondente, não ao

trabalhador individual, mas ao social. Por isso é possível manter os salários abaixo do custo necessário de um trabalhador, se houver um grande exército industrial de reserva.

Todo esse quadro de exército industrial de reserva era correspondente à época de Marx. Hoje, de certa forma, o quadro é um pouco mais assustador. Na Europa, trabalhadores que em 1970 reivindicavam melhores salários agora reivindicam a permanência do emprego.

No Brasil, há um grupo que nem mesmo chega a exército industrial de reserva. São aqueles que o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso chamou de “inimpregáveis”. Em um mercado de trabalho extremamente competitivo e cada vez mais exigente devido ao avanço tecnológico e a propagação da informática, uma grande parte da população estaria mesmo fora da possibilidade de um emprego formal por não ter a mínima qualificação. É a própria lógica do capitalismo – a busca de lucro – que produz a miséria e o desemprego na medida em que a necessidade de velocidade da produção industrial levou à busca do aperfeiçoamento dos bens de produção. Máquinas cada vez mais rápidas e mais precisas eliminam postos de trabalho, além de exigirem mão de obra especializada.

A modernidade chegou para poucos e gerou verdadeiros nichos de primeiro mundo em oceanos de terceiro mundo. A economia brasileira está entre as mais fortes do mundo, porém somos um dos países com menor índice de distribuição de renda.

Historicamente, o capitalismo, como já citado, constituiu-se na realidade de experiências diferenciadas, seja do ponto de vista cronológico (na Europa Nórdica, elas se iniciam ainda nos anos 1930, nos desdobramentos da crise de 1929; enquanto, na Europa Ocidental, são características do pós-guerra), seja do ponto de vista da formatação institucional (não cabendo, pois, mencionar um modelo de Welfare State). Entretanto, um denominador comum, em que três elementos marcaram presença, esteve na sua base: - um lapso temporal de quase trinta anos, em que o crescimento da economia capitalista alcançou níveis próprios do que Mandel designou como onda longa expansiva (Cf. MANDEL, 1982), com notáveis índices de crescimento e taxas de lucro bastante altas; - as crises recorrentes não foram suprimidas (verificaram-se em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970), mas seus efeitos foram bastante atenuados; uma forte organização operária e, mais amplamente, trabalhadora, por meio de um mobilizado movimento sindical e sólidos

aparatos partidários (social-democratas, socialistas e/ou comunistas); - o pavor das burguesias ocidentais em face da expansão do socialismo - o prestígio conquistado pela União Soviética na luta contra o nazi-fascismo (bem como o capital político acumulado pelos comunistas na Resistência) fez com que as burguesias, diante do “perigo vermelho”, se dispusessem a admitir a legitimidade de várias demandas do “seu” proletariado. Foi nessas precisas condições que o crescimento econômico capitalista compatibilizou-se - ainda que tensa e conflitivamente - com a redução e, nalguns países, com a reversão de situações de pobreza absoluta, assim como a uma diminuição de desigualdades sociais. Mas é preciso salientar que as experiências de Welfare State não expressaram uma possível “evolução normal” (ou “natural”) do desenvolvimento capitalista.

É desnecessário salientar que a caracterização da pobreza e, do mesmo modo, da desigualdade não se esgota ou reduz a seus aspectos sócio-econômicos; ao contrário, trata-se de casos, problemáticas pluridimensionais. Nas sociedades atuais, vale dizer que formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte inextinguível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, por meio de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova o fato inconteste dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

O “capital em geral” é, segundo Marx, a “o essencial”, aquilo que identifica o capital enquanto capital em qualquer circunstância. O capital é sempre plural, múltiplo, mas circula e se reproduz como se fosse um só capital social de acordo com exigências que se impõem em meio a inúmeras flutuações e que dão ao movimento geral do capital uma forma cíclica (o Capital pág. 55 publicado 1885).

A grande maioria dos Estados atuais são democrático-constitucionais e neoliberais. Nunca existiu tanto neoliberalismo e tanta democracia representativa no mundo. Há, portanto, claramente um paralelo entre a eclosão da influência política e a aceitação social da democracia liberal.

A teoria dos regimes políticos capitalistas foi, portanto, elaborada e aprimorada a partir das necessidades práticas e objetivas do movimento operário, e

não como exercício especulativo e escolástico. Embora surgida do movimento operário, essa preocupação em caracterizar os diferentes regimes políticos, o que, em termos investigativos, implica, sobretudo, decifrar as concretas relações estabelecidas em cada um deles, entre o aparelho de Estado e as classes sociais em luta, ganhou posteriormente o terreno da produção acadêmica. Nas décadas de 60, 70, e 80 do século passado, mesmo em ambientes de pesquisa notoriamente conservadores, não foram escassos os trabalhos científicos nos quais as distinções/relações entre os níveis, Estado, regime e governo foram cuidadosamente observadas.

Assim, durante certo período, pode-se dizer que houve uma relativa comunhão epistemológica entre segmentos da intelectualidade acadêmica e algumas organizações marxistas teoricamente mais sofisticadas: com métodos, linguagens e posicionamentos políticos muitas vezes diferenciados, tanto os primeiros quanto as últimas levavam em conta nas suas análises a questão dos regimes políticos. Entretanto, por volta dos últimos 25 anos, a imensa maioria da teoria crítica, incluindo aqueles autores oriundos da tradição marxista, passou a abdicar de reflexões e posturas antirregime.

A consolidação, na grande maioria dos países ocidentais, do regime democrático-liberal certamente contribuiu para tal abdicação, assim como não seria errôneo dizer que, dialeticamente, tais posturas do pensamento crítico jogaram um importante papel nessa naturalização do modelo liberal-representativo de democracia. Sintonizada com as correntes majoritárias do movimento operário, e mesmo influenciada por estas, grande parte da *intelligentsia* marxista acadêmica, tanto europeia quanto latino-americana, veio a tacitamente corroborar a ideia de que a democracia atualmente existente se apresenta, ao fim e ao cabo, como a única forma possível de organização política da espécie humana.

As ideias de Marx sobre a existência de uma separação relativa entre as esferas “econômica” e “política” na sociedade capitalista é decorrência do fato de que nesta a apropriação de excedentes não se baseia, fundamentalmente, em expedientes “extra-econômicos”. Sob o capitalismo fordista, assinalou Wood, a democracia política se manifesta, então, na sua forma historicamente mais inclusiva, embora, em função da separação relativa entre a “economia” e a “política”, já não decida efetivamente sobre os fundamentos materiais da vida social dos cidadãos que dela “participam” (diferentemente da antiga democracia ateniense).

Precisamente por isso, ela pode ser uma democracia formalmente bastante ampliada, como jamais se vira antes (Wood, 2003).

Em outras palavras, afirmamos que uma dominação capitalista de tipo hegemônica se expressa, em termos de configuração política das instituições estatais, na forma da democracia liberal burguesa – cujo bom funcionamento depende não só da coação para com os setores indômitos da classe trabalhadora, mas também dos velhos métodos de cooptação material, parlamentar e ideológica das lideranças populares. Segundo Gramsci (2002, p. 95), historicamente determinado e da sociedade como um sistema de relações sociais que os homens estabelecem entre si no processo de produção e reprodução da vida social (ACANDA, 2007).

Produção é concomitantemente reprodução, tanto da vida material e do modo de produção, quanto das formas de consciência e modo de vida na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

É nessa perspectiva de indissociabilidade das esferas constitutivas da realidade social que Gramsci (1968, p. 12) teceu o que viria a constituir a chave de análise central de seus estudos: o conceito de bloco histórico, apreendido enquanto uma “unidade entre a natureza e o espírito, entre vida e política (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” e a percepção do vínculo existente entre os elementos fundamentais do bloco histórico (estrutura e superestrutura).

Na apreensão gramsciana, a estrutura não diz respeito apenas à mera esfera da produção de objetos materiais, porém abrange a maneira como homens e mulheres “estabelecem seu ‘metabolismo’ com a natureza e produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas, sobretudo, suas próprias relações sociais globais” (COUTINHO, 2011, p. 116). A estrutura, portanto, abarcaria não somente as forças produtivas, mas as relações sociais de produção, ou seja, o conjunto das relações sociais, a totalidade da vida social (COUTINHO, 2011). Argumenta ainda que Gramsci percebia que a totalidade não se limita à ação recíproca de seus vários momentos, porém possui um momento predominante: “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p. 116).

No entanto, isso não significa que a superestrutura constitua um simples

epifenômeno, “mas [sim] algo que tem densidade ontológico-social”. Segundo Coutinho (2011, p. 120), para Gramsci – distintamente do marxismo economicista - a maneira como a estrutura e a superestrutura se articulam não é dada a *priori* nem definitivamente: a forma de relação entre elas, assim como o papel do “momento predominante” que uma tem sobre a outra no interior da totalidade do ser social estão associados às configurações concretas de cada formação social. Nesse processo de construção da hegemonia, portanto, a cultura é percebida como uma dimensão essencial da política. E essa passa a ser apreendida em sua tarefa de estruturação da hegemonia de uma classe.

A hegemonia não pode ser entendida apenas na esfera cultural ou política, mas no processo social como um todo: embora nasça da fábrica (GRAMSCI, 2008), ela se estende ao conjunto das relações sociais.

A partir desta perspectiva de indissociabilidade dos elementos constitutivos do bloco histórico e do papel da hegemonia nesse processo, pode-se afirmar que, em Gramsci (2008), o capitalismo não significa apenas produção de mercadorias, mas “produção” de indivíduos, de aparatos jurídicos e de aparelhos privados de hegemonia difusores da ideologia dominante. Sob esta ótica, como releva Acanda (2010), o capitalismo é, acima de tudo, um modo de produção de relações sociais, posto que o poder burguês tem suas bases em um determinado tipo de padrão civilizatório (que de modo algum se limita à produção econômica), de cultura, de modo de vida dos indivíduos. A teoria gramsciana sobre hegemonia contribui para entender a especificidade do Estado na sociedade capitalista contemporânea.

Para Gramsci, uma das condições elementares para superação da subalternidade das classes e sua elevação à classe dirigente pressupõe, inicialmente, a própria superação do estágio econômico-corporativo. De acordo com Simionatto (2009, p. 43, grifos da autora),

[...] nenhum grupo social possui condições de superar seus patamares de subalternidade até que não seja capaz de ‘sair da fase econômico-corporativa para elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política’.

Gramsci (1968) observa que a construção de uma nova direção hegemônica pelas classes populares passa pela reformulação do senso comum, não no sentido de sua total eliminação, mas no sentido de elaboração de um novo senso comum, ou de um “bom senso”, possível por meio da filosofia da práxis, ou seja, do próprio

marxismo. Para tanto, conforme Acanda (2006), Gramsci enfatiza o papel fundamental do intelectual coletivo das classes subalternas, o partido político, na tarefa de empreender o processo de construção e difusão de uma nova concepção de mundo, crítica e totalizadora. Em outras palavras, para construir uma racionalidade nova, um projeto de elevação civil das camadas oprimidas da sociedade (DIAS, 1996a).

Apesar de ser uma tarefa que se inicia em nível ético-político e cognoscitivo, Gramsci (1968, p. 9) alerta que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica”. Como sintetiza Dias (1996b, p. 42, grifos do autor), o partido político, quando se coloca como intelectual das classes subalternas precisa:

Colocar na ordem do dia a ‘reforma econômica e modificação na posição social e no mundo econômico’ [...] que são as formas e as possibilidades concretas de sua realização. Deve, a um só tempo, desconstruir ‘todo o sistema de relações intelectuais e morais’ [...], base sobre a qual se assenta a velha racionalidade e, ao mesmo tempo, ‘inventar’, construir o novo bloco histórico.

A superação do capitalismo não estaria circunscrita à tomada do Estado e às transformações econômicas, mas abrangeria a superação dos padrões civilizatórios particulares do modo de produção capitalista nas diferentes esferas: econômica, sócio-política, cultural e ideológica. Requer também a construção de uma nova direção hegemônica e de uma ordem societária capaz de superar a hegemonia burguesa.

Suas reflexões, porém, não estão restritas ao seu tempo histórico, mas continuam colocando elementos fundamentais para uma análise crítica das transformações das relações capitalistas em seu estágio atual. Contribuem para a análise do cenário contemporâneo, de crise estrutural do capitalismo, que tenta se reinventar em todas as esferas da vida social, por processos que se estendem do campo estritamente produtivo (com a reestruturação produtiva), passando pela redefinição do papel do Estado (do neoliberalismo ao social liberalismo, incluindo o novo desenvolvimentismo em curso na América Latina), bem como por todos os processos em curso no cenário atual. As reflexões de Gramsci colaboram também para a apreensão dos processos, muitas vezes subterrâneos, de construção de resistência ou de contestação que contribuem para a organização de uma nova hegemonia, de uma nova civilização.

3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

3.1 HISTORICIDADE

Este capítulo aborda o surgimento das ideias de programas de transferência de renda, os modelos adotados em virtude da necessidade de auxílio para as situações de desiguais, uma vez que estes programas vêm em benefício de populações vulnerabilizadas. Importante ressaltar que os programas de transferência de renda em outros países não se restringem apenas à população de baixa renda, mas surgem como incentivo para algumas camadas da sociedade que são amparadas pelo governo em alguns períodos de vida.

Na prática, os programas de renda mínima surgem em um terreno, não de consensos, mas de polêmicas, de dilemas e desafios. Eles se distinguem nas condições de acesso na fórmula do cálculo do valor do benefício, nas contrapartidas exigidas. (FONSECA, 2001). Os programas de transferência de renda têm se colocado no cenário público contemporâneo como um dos instrumentos de redução da desigualdade e de alívio imediato da pobreza.

As diversas experiências internacionais de programas de transferência de renda surgem nos países desenvolvidos no século XX no momento em que Estado de Bem-Estar Social ganha concretude e consolidação.

Os países da Europa foram os pioneiros na introdução de programas de transferência de renda. Foram adotados há mais de seis décadas pelo Reino Unido em 1948, seguido pela Finlândia em 1956 e Suécia em 1957.

Os Países Baixos, por sua vez, introduziram esse tipo de proteção social na década de 1960, precisamente em 1963. E a Bélgica em 1974. Na Alemanha, uma lei federal de auxílio social (Sozialhilfe) foi introduzida em 1961. No caso França, houve uma certa polêmica em torno da introdução ou não de programas de transferência de renda, contexto marcado por um intenso debate, culminando com a instituição tardia da RMI (*revenu minimum d'insertion*) no ano de 1988.

Saliente-se que, na atual conjuntura, em nenhum desses países se discute de forma veemente sobre a possibilidade de término e/ou extinção de tais programas. Ao contrário, são tidos como fundamentais no que se reporta à proteção social dos indivíduos fragilizados e/ou expostos aos mais diversos riscos sociais vulneráveis.

Em 1961, a Alemanha criou um programa denominado auxílio social

(*Sozialhilfe*), o qual mudou de nomenclatura em 2005 para *Arbeitslosengeld II*. Ele tem contribuído decisivamente para que nesse país não exista praticamente fome e miséria. O Programa *Arbeitslosengeld II* é orientado sob a ótica dos direitos, ou seja, não existem condicionalidades. As pessoas podem recorrer ao auxílio enquanto não encontram um trabalho de que julgarem ser mais digno.

Cerca de um terço da população alemã se favorece desse apoio financeiro em algum período da sua vida. O valor monetário transferido pelo programa garante o direito à alimentação adequada, moradia, vestuário e demais custos necessários à sobrevivência física de um indivíduo e sua família (ZIMMERMANN & SILVA, 2009).

Segundo Zimmerman e Silva (2009), a consolidação das políticas de transferência de renda na Alemanha apresenta resultados concretos no que se refere à redução das desigualdades sociais. Estudos revelam que 80% dos beneficiários deste programa renovam-se a cada cinco anos. Já o estoque permanente de 20% é constituído, sobretudo por idosos com pouca ou nenhuma aposentadoria (LAVINAS, 1998).

Para Kerstenetzky (2006), os debates sobre políticas sociais no Brasil e na América Latina se apresentam polarizados na escolha entre dois estilos de política, pautadas, principalmente, pela ideia de justiça social: a focalizada e a universal. As concepções de justiça social relacionadas ao Estado admitem a existência de incerteza nos mercados. Sendo assim, confere ao Estado a atribuição de prover uma rede subsidiária de proteção social (renda mínima, seguro desemprego, imposto de renda negativo, etc.).

Nesse contexto, a focalização é vista como uma ação reparatória que busca restituir grupos sociais ao acesso efetivo a direitos universais formalmente iguais. Já a universalização aparece como a melhor forma de encontrar o foco. Ou seja, se atinge melhor os mais necessitados estendendo-se um benefício a todos dentro de um determinado território, razoavelmente homogêneo, e não apenas aos mais necessitados (em que se poupam, por exemplo, os custos de monitoramento). (KERSTENETZKY, 2006).

As políticas de renda mínima na América Latina surgem pautadas na ideia de focalização. Essas políticas, geralmente, não são vistas como um direito social de cidadania, mas como uma ajuda generosa do governante.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os programas de transferência de renda em curso na América Latina apresentam-se fortemente a partir de condicionalidades e critérios de seleção que contemplam os mais pobres entre todos

os pobres. Com isso, a construção universal de cidadania e a superação das intensas desigualdades sociais nesses países vêm sendo construída e pensada sob um olhar de diminuição da pobreza onde a dignidade como direito de cidadania não afiança direito a ninguém (SPOSATI, 2002).

O México é um dos países da América Latina que também adotou medidas de combate à pobreza crítica. Em 1997, foi criado o Progressa, como uma estratégia para apoiar as famílias rurais extremamente pobres, que posteriormente foi transformado, em 2001, no Programa Oportunidades, que se propõe a atender, também, as famílias pobres das áreas urbanas. (VILLATORO, 2005).

Uma das particularidades desse programa, que teve início em 1997 e já alcança 1,9 milhões de famílias em todas as unidades federativas, consiste em elevar o valor da bolsa-escola a cada nova série buscando incentivar a permanência das crianças na escola. O valor cresce gradativamente (em decorrência do aumento do valor a cada série a ser cursada), saindo de um patamar de 60 pesos (7 dólares) mensais, chegando até 195 pesos (22.8 dólares) mensais. A finalidade é reduzir o risco de evasão escolar à medida que se avança no ensino obrigatório, melhorando o interesse para outras perspectivas futuras de educação (LAVINAS, 1998). As contrapartidas exigidas pelo programa estão relacionadas à frequência obrigatória dos bolsistas a 85% das aulas ao longo do ano letivo, ao cumprimento das consultas médicas e à vacinação em crianças de até 5 anos e ao acompanhamento médico pré-natal para as grávidas (LAVINAS, 1998).

Segundo Fonseca (2001), o Programa vem ampliando sua população beneficiária, promovendo uma inovação nas suas principais características.

O Oportunidades funciona con corresponsabilidades: los apoyos monetarios (para la alimentación, educación) son condicionados al cumplimiento de condicionalidades: asistencia de los miembros de la familia a los servicios de salud y de los titulares a sesiones de salud; asistencia regular de los niños a la escuela. Pero México amplió la población objetivo del programa por medio de la incorporación de los adultos mayores de 70 años integrantes de las familias beneficiarias. El país también promueve otra innovación con jóvenes en Oportunidades que funciona como estímulo a la conclusión de la educación media superior. Los jóvenes reciben 300 dólares como ahorro para lo que quieran hacer (FONSECA, 2001, p. 10-11).

Lavinas destaca que a essência do Progressa é formular “uma resposta por inteiro na reversão das carências que afligem a população vivendo em uma situação de extrema pobreza” (LAVINAS, 1998, p. 9). No plano da educação, além do benefício monetário, é fornecido também aos bolsistas subsídios para obtenção do

material escolar. No plano da saúde, articulam-se programas voltados para o atendimento de gestantes ou lactantes e crianças, busca do combate da desnutrição infantil e aumento da vigilância preventiva das crianças em idade escolar. A cada família é dada uma agenda determinando a periodização das visitas obrigatórias aos postos de saúde. Em matéria de suplementação alimentar, têm atendimento preferencial as famílias com crianças desnutridas na faixa etária quatro meses a dois anos e mulheres grávidas em risco.

Quanto ao tempo de permanência, inicialmente, é de três anos. E permitido às famílias, ao final desse prazo, permanecer por mais três, após criteriosa avaliação socioeconômica (LAVINAS, 1998).

Para ajudar na alimentação e incentivar a diversificação do consumo de alimentos, as famílias pobres integrantes do Oportunidades são contempladas com auxílio monetário mensal de 90 pesos (10.53 dólares). O valor é nacional e unificado, devendo ser ajustado regularmente em função do índice de preços. Nenhuma família, no entanto, pode receber mensalmente benefícios num valor superior a 550 pesos (64.33 dólares), incluindo-se aí também o aporte alimentar de 90 pesos. Esse é o limite máximo do somatório bolsa-escola (por criança) + auxílio alimentação (por família). Famílias sem filhos ou com crianças fora da faixa etária selecionada para frequência obrigatória à escola recebem exclusivamente o auxílio alimentação mensal. O auxílio monetário é entregue às mães de família, partindo do pressuposto de que ela garanta seu uso de forma mais eficiente (LAVINAS, 1997).

A linha de pobreza simplesmente aponta a renda monetária necessária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços essenciais à satisfação de suas necessidades básicas. Mas como determinar quais necessidades são básicas? Uma saída seria tentar utilizar um critério fisiológico e definir necessidades básicas como o imprescindível para garantir a sobrevivência física (DUPAS, 1999, p. 24).

Desde a chamada crise dos Estados de Bem Estar Social, na década de 1970, muitos especialistas acreditam que novas redes de proteção social podem ser estabelecidas a partir da garantia de renda àqueles que, pelo seu próprio esforço e por limitações inerentes ao modelo de acumulação capitalista, não conseguem prover sua própria subsistência.

No Brasil, iniciativas dessa natureza vêm sendo implementadas desde a instituição da Renda Mensal Vitalícia (RMV), nos anos 1970, e ganham força nos

anos 1990, com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e com a criação - inicialmente em âmbito municipal e, depois, nacional - de diversos programas de transferência de renda, que associam a manutenção do pagamento do benefício ao cumprimento de contrapartidas pela família nas áreas de educação e saúde.

O sistema de proteção social universal no Brasil começou a ser construído no período do pós-guerra, ganhando relevância durante o regime militar a partir do ano de 1964. No entanto, a política social brasileira sempre esteve subordinada às estratégias de desenvolvimento do país, especialmente durante o regime militar quando houve expansão dos gastos públicos na esfera social e o sistema de proteção permaneceu atrelado à lógica da política macroeconômica geral (Henriques, 1999). O período entre 1964 e 1988 ficou conhecido como a “estratégia conservadora”, porque combinava a expansão da oferta de bens e serviços com a centralização do processo decisório e com a regressividade dos mecanismos de financiamento. Esse processo foi assentado no uso quase que exclusivo de recursos de natureza fiscal (Fagnani, 1997).

Nessa lógica, o caráter redistributivo do sistema ao longo de quase três décadas foi bastante limitado. De certo modo, isso ajuda a explicar os elevados índices de concentração de renda no respectivo período. A centralização do processo de decisão na esfera do Governo Federal foi favorecida pelo regime político militar, o qual impediu a participação de organizações de representação da sociedade ou envolvimento na definição e condução das políticas sociais.

Assim, a ausência de participação política e a falta de controle social possibilitaram ao Estado a adoção de um sistema que, com o passar do tempo, foi sendo tomado por interesses particulares e clientelistas, com impactos negativos sobre os próprios resultados das políticas sociais.

Este modelo de intervenção começou a se esgotar na década de 1980. Contribuíram para isso a crise financeira internacional que teve fortes repercussões no país e o próprio esgotamento político do regime militar. Segundo Fagnani (1999), o agravamento da crise econômica na década de 80 potencializou as demandas sociais, ao mesmo tempo em que restringiu o espaço das ações governamentais. Com o retorno do país à normalidade política, permitiu-se que demandas sociais voltassem à agenda pública, especialmente entre 1986 e 1998, quando se discutiu e foi elaborada a atual Constituição do país.

Com base em Mattei (2012), as ações governamentais se concentravam, basicamente, nas áreas de saúde, educação, assistência social, suplementação alimentar e programas habitacionais.

A Constituição Federal de 1988 contém um capítulo específico sobre a Seguridade Social, compreendendo ações relativas à saúde, previdência e assistência social. Ficou sob responsabilidade do Estado a organização desse sistema. Além disso, definiu-se como seus princípios orientadores a universalidade da cobertura; a equivalência dos benefícios e dos serviços às populações urbanas e rurais; a diversidade das formas de financiamento; e a introdução de mecanismos democráticos de gestão. Especificamente na esfera financeira, definiram-se como fontes de financiamento do sistema nacional de seguridade social as contribuições dos empregados e dos empregadores, o Fundo de Investimento Social (Fim social). A parcela dos lucros líquidos das empresas, a receita percentual de jogos, além das parcelas dos impostos arrecadados pelos governos Federal, estaduais e municipais.

Entretanto, o processo de implantação deste novo sistema de seguridade social foi marcado pela fragmentação política da “Aliança Democrática”, pelo clientelismo político e pela corrupção. O somatório desses fatores teve efeitos diretos sobre a eficácia das políticas sociais adotadas posteriormente à Constituição de 1988, uma vez que seus resultados até o final do século XX continuaram sendo bastante limitados. Isso, somado à continuidade da crise econômica, legitimou para que a exclusão social e a pobreza atingissem índices elevadíssimos durante a década de 1990. Tal década iniciou com o Governo Collor (1990-1992), que concentra seu ataque à presença do Estado na vida econômica e social, e o neoliberalismo “*a La brasileira*” sendo implementado a partir das forças políticas conservadoras e de falsas promessas às massas de excluídos socialmente.

Na área social, criaram-se obstáculos ao funcionamento dos direitos sociais outorgados pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que se procurou adiar a implementação da legislação complementar que garantisse aqueles direitos sociais. Além disso, conforme afirma Marques (1992), leis como a de número 8.213/1991 acabaram gerando distorções no sistema de financiamento da seguridade social, uma vez que se permitiu que recursos desta rubrica passassem a ser mais uma fonte de custeio do Estado.

A partir de 1991, o Fim social desaparece e em seu lugar criou-se a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Na Constituição

de 1988, isso foi denominado de Contribuição sobre o Lucro Líquido (CLL). Coalizão de forças políticas as quais deram sustentação ao Governo Sarney (março de 1985 a março de 1990), o qual implementou as primeiras políticas sociais oriundas da nova Constituição.

Este mesmo movimento se repete no governo temporário de Itamar Franco (1993-1994). Um dos *slogans* do Governo Collor era a defesa dos “descamisados” (leia-se dos pobres), brasileiros, ou seja, recursos da seguridade passaram a financiar despesas orçamentárias diversas do próprio Governo Federal. A estabilidade econômica obtida durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), (1995-2002) esteve ancorada fortemente nos princípios do ajuste econômico proposto pelo “Consenso de Washington”, em que a desregulamentação dos mercados, a liberalização comercial e a reforma do Estado figuravam como elementos centrais.

Foi nesse contexto que o Governo FHC lançou em 1996 o programa de desenvolvimento social para o país. Nele se nota a existência de um grupo de políticas que visava introduzir políticas focalizadas para enfrentar a “situação aguda de fome e de miséria”. Para tanto, as políticas de combate à pobreza deveriam focalizar suas ações fundamentadas em critérios técnicos de “necessidades e de eficácia”, visando à descentralização e a articulação entre as diferentes esferas governamentais (federal, estadual, municipal).

Diante dessa concepção começaram a ser implementados os primeiros programas de transferências de renda no Brasil a partir de 1997, período em que se verifica uma forte incompatibilidade entre os programas de ajustamento macroeconômico do país e as estratégias de desenvolvimento social do Governo FHC (Fagnani, 1999). Em grande proporção, essa incompatibilidade ocorreu porque as constantes restrições ao crescimento econômico do período tiveram efeitos negativos sobre a esfera social, fragilizando as fontes de financiamento do sistema de seguridade e ampliando a exclusão social da população pobre.

Dos primeiros programas de transferência de renda ao programa Bolsa Família, as primeiras experiências com programas de transferência de renda no Brasil precederam os programas do Governo Federal e ocorreram inicialmente apenas em algumas localidades (Hall, 2008; IPEA 2008; Cunha & Pinto, 2008; Rocha, 2008; Soares & Sátyro, 2009).

Essas experiências pioneiras, especialmente no município de Campinas (SP)

e de Ribeirão Preto (SP), estavam mais assentadas na filosofia de garantia de uma “Renda Básica de Cidadania (RBC)”, a qual se constitui, segundo seus principais defensores, num dos caminhos mais eficientes para se erradicar a pobreza.

Esse mecanismo de política social também foi adotado pelo governo do Distrito Federal. Assim, entre 1995-1998, foi implantado um programa de transferência de renda naquela localidade geográfica batizado de “Bolsa Familiar para Educação”. Nesse caso, observa-se uma proximidade com as características atuais do programa, uma vez que o mecanismo da condicionalidade já passou a ser adotado como critério de expansão do programa nas primeiras experiências. No geral, esses programas foram restringidos ao horizonte das famílias pobres com crianças de até 14 anos de idade, as quais recebiam um complemento de renda que era variável para cada um dos casos.

Para tanto, eram exigidas contrapartidas das famílias dos beneficiários no campo educacional. Posteriormente, inspirados nas experiências pioneiras de Campinas, de Ribeirão Preto e do Distrito Federal, esses programas passaram a se proliferar por diversas regiões do país (Lavinias, 1998).

No entanto, esse processo ocorreu de forma não organizada e sem as condições técnicas operacionais e financeiras que a implantação deste tipo de política exigia (Rocha, 2008). Com isso, muitas dessas experiências foram sendo abandonadas nos anos seguintes. Na esfera do Governo Federal, os primeiros programas de transferência de renda surgem no ano de 1997 no âmbito do programa “Comunidade Solidária”, o qual procurou promover reformas profundas na política social (saúde, educação, previdência, habitação e assistência).

No Brasil, o Senador Eduardo Suplicy (PT) é o principal expoente desta corrente. Escreveu um livro clássico sobre o assunto: “Renda Básica de Cidadania: a saída é pela porta” (2002). Além disso, esse Senador conseguiu aprovar, em 2004, um projeto de sua autoria que instituiu no país a RBC.

O programa Comunidade Solidária era o nome do programa guarda-chuva que englobava todas as ações do Governo Fernando Henrique Cardoso na área social. Uma correlação pode ser feita com o programa “Fome Zero” do Governo Lula, do qual o programa Bolsa Família é uma das ações. Visava focalizar o gasto público e aumentar sua eficiência, num ambiente de ajustes macroeconômicos que se opunham à expansão do gasto governamental na área social.

Todavia, o ambiente econômico do período impôs restrições à ação do

governo no âmbito das políticas sociais. Assim, entre 1995-1998, enquanto as despesas financeiras da união (juros, encargos e amortizações da dívida pública interna e externa) aumentaram de 37% para 58%, os gastos sociais passaram de 25,5% para 26% (Fagnani,1999). Este fato ajudou a consolidar ainda mais a visão da focalização das ações e dos gastos governamentais na esfera social.

O modelo institucional e operacional desse tipo de política social foi inspirado em experiências de outros países que também adotaram programas sociais compensatórios para minimizar os efeitos negativos das políticas de ajuste econômico e de reforma do Estado que foram implementadas a partir dos anos de 1990, especialmente na América Latina. Dessa forma, o Brasil, juntamente com o México, foi o país da América Latina que rapidamente passou a fazer uso das políticas focalizadas de transferência de renda como mecanismo de combate à pobreza no ensejo das reformas dos programas sociais. Isso explica o fato desse país deter a maior cobertura de beneficiários e um dos maiores percentuais de gasto em toda a região.

Assim, começaram a funcionar em 2001, ainda no Governo FHC, os programas Bolsa Escola – vinculado ao Ministério da Educação -, o Bolsa Alimentação – vinculado ao Ministério da Saúde -, e o Auxílio Gás – vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Os dois primeiros programas tinham as seguintes contrapartidas: crianças entre 6 a 15 anos deviam ter frequência mínima de 85% nas escolas; crianças com as vacinações atualizadas; e as mães deviam frequentar os postos de saúde fazendo todos os exames e tratamentos necessários. No início do Governo Lula (março de 2003), foi criado no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome o Cartão Alimentação – que correspondia ao programa cupom de alimentos na versão original do Programa Fome Zero (PFZ). Também se registre que, no primeiro período do Governo Cardoso, foram aprovadas as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); aprimorado o Sistema Único de Saúde (SUS); e implementada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), já aprovada em 1993. Além disso, foi realizada a primeira fase da reforma do sistema previdenciário.

Na verdade, o auxílio gás era apenas um benefício financeiro às famílias com renda inferior a meio salário mínimo, não tendo nenhuma condicionalidade. O objetivo era de transferir renda para parcelas da população que se encontrava em estado de insegurança alimentar e nutricional. Com isso, ao final daquele ano

(2003), a gestão desse conjunto de programas de transferência de renda estava caótica, uma vez que não havia coordenação política entre os diferentes órgãos governamentais e a comunicação entre os programas praticamente inexistia. O resultado é que, segundo Soares & Sátyro (2009), uma família poderia receber todos os benefícios dos quatro programas, enquanto outra que vivia nas mesmas condições de pobreza poderia não receber nenhum apoio governamental.

4 O PROGRAMA CONDICIONADO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BRASILEIRO: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O presente capítulo apresenta o delineamento do programa de transferência de renda brasileiro: Bolsa Família, seu histórico, delineamento, objetivos, condicionalidades.

4.1 HISTÓRICO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um instrumento de política pública e proteção social adotado pelo governo brasileiro com o objetivo de atender famílias pobres para que elas tenham acesso aos mínimos sociais preconizados pela CF de 1988. Nos últimos anos, vem se constituindo o mais abrangente programa de transferência de renda no mundo (BRASIL,2010).

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal PTR do governo federal, com condicionalidades. O Programa Bolsa Família foi pensado como política social em que a transferência de renda seria apenas o início de um processo que levaria as famílias beneficiadas a buscar sua emancipação, ou seja, o benefício seria um meio, e não um fim (BRASIL, 2010).

É administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MDS unificou outros programas de transferência de renda, tanto condicionados (Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação) como sem condicionalidades (Auxílio-Gás e Cartão Alimentação). Esta unificação se deu pela busca de superar as limitações que os programas tinham isoladamente. Os programas, hoje chamados de remanescentes, tinham estrutura administrativa própria, forma específica de selecionar beneficiários e mecanismos para repassar os recursos.

Em outubro de 2003 foi criado o programa “Bolsa Família”, com o objetivo de unificar todos os programas sociais de transferência de renda já existentes anteriormente (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás).

Além desse objetivo geral, o programa pretendia dar maior agilidade ao processo de liberação mensal dos recursos financeiros às famílias necessitadas, bem como reduzir os entraves burocráticos e facilitar o sistema de controle de

recursos, visando aumentar sua transparência junto à sociedade. Com isso, inicialmente foi fixado como meta para 2004 o atendimento de 6.5 milhões de famílias; para 2005 atender 8.7 milhões de famílias; e para 2006 (último ano do primeiro governo Lula) o atendimento de 9 milhões de famílias.

No Brasil, as políticas públicas de transferência de renda têm seu marco inicial em 1930, em momento que o país se encontrava em transição do modelo econômico de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano industrial; e que teve de atender às demandas e necessidades da classe operária emergente. O então criado Sistema de Seguridade Social foi uma cópia do modelo “estado providência” dos países desenvolvidos para atender as camadas de renda mais baixas da população e proporcionar garantia de aposentadoria e benefícios securitários, conforme Silva (2012, p. 34).

De 1940 a 1970 o Sistema de Proteção Social no Brasil baseou-se nas aposentadorias e Pensões (IAPs) e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que foram expandidas para atender a proteção social, que por sua vez cumpria a função de reprodução da força de trabalho e, na época da ditadura militar, de legitimação do estado de exceção.

Na década de 1980, movimentos sociais, igrejas, sindicatos e instituições rearticularam sua ação política em busca da volta da legitimidade da democracia, o que desencadeou a fundação do Partido dos Trabalhadores, em cujo programa de ação constava o atendimento das demandas sociais por participação política e universalização de direitos. Esses dispositivos foram inseridos de cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988, o que assegurou avanço significativo nos direitos sociais e cidadania regulada. A instituição da Seguridade Social na Política de Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social, proporcionou uma agenda política de atendimento aos cidadãos excluídos do mercado de trabalho. Foi nesse contexto pós-Constituição de 1988, conforme Silva (2012, p. 35), que surgiu a agenda do debate sobre Programas de Transferência de Renda. Foi apresentado no Senado Federal o projeto de lei nº. 80/1991, do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), o qual destinava beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de vinte e cinco anos com uma renda correspondente a 2,25 salários mínimos, tendo como proposição a “Bolsa Escola”. Esse projeto do então senador Eduardo Suplicy é considerado o primeiro momento histórico dos programas de transferência de renda pelos debates na agenda pública.

Num segundo momento, debateu-se que a renda mínima fosse incorporada na inovadora ideia de articular a garantia da renda mínima familiar com a educação, através da proposta de transferência monetária de um salário mínimo a toda família que mantivesse seus filhos dependentes, de 7 a 14 anos de idade, matriculados e frequentando a escola pública. Dessa maneira, buscava-se amenizar a pobreza e proporcionar formação educacional como forma de romper o ciclo da pobreza, ou seja, com uma associação de política compensatória (transferência de renda) com uma política estruturante (educação).

No terceiro momento histórico de programas de transferência de renda encontram-se as experiências municipais em Campinas, em Ribeirão Preto, em Santos (do Estado de São Paulo) e no Distrito Federal, que foram bem desenvolvidas e tiveram êxito em proporcionar elevação de escolaridade. Em 1996, o Governo Federal adotou uma política abrangente de transferência de renda com a criação do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI), com implementação de Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

4.2 ORIGEM DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em 1993, Itamar Franco criou, em caráter emergencial, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA), com a finalidade de socorrer a população carente atingida por terrível seca no norte de Minas e no Nordeste. Coube à CONAB a operacionalização do programa, por meio das cestas básicas. Quanto à seleção dos municípios beneficiados, foram ampliadas com base no Mapa da Fome (IPEA). Pioneiramente, começaram a ser exigidas algumas contrapartidas, ligadas à área de educação (participar de programas de alfabetização e matrícula dos filhos na escola) e à área de saúde (apresentação de carteira de vacinação dos filhos).

Surge o Programa Comunidade Solidária (Decreto 1366, 12 de janeiro de 1995), que incorpora o PRODEA. A distribuição de cestas de alimentos se amplia para além das famílias residentes em municípios atingidos por secas ou enchentes, alcançando também famílias carentes identificadas pelas Prefeituras nas regiões de pobreza. Mais tarde, também comunidades indígenas e acampamentos de sem-terra (Programa Comunidade Ativa).

Criação, em 1996, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), primeiro projeto brasileiro, a nível federal, centrado em transferência monetária às famílias carentes, visando eliminar o trabalho de crianças e estimular a sua inserção na escola. Começou no Mato Grosso do Sul, onde tirou cerca de 5 mil crianças que trabalhavam em carvoarias e plantação de mate. O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil passou a articular, junto com os municípios, um conjunto de ações de promoção às famílias enquadradas no PETI, com crianças e adolescentes até 16 anos. Por meio de Portaria-MPAS nº 2917/2000, foi criado legalmente o PETI.

Em 1997, o Ministério da Educação começou a desenhar o Programa Bolsa Escola, para estimular as famílias pobres a matriculem seus filhos na rede escolar. A partir de 1999, o Programa começou a operar por meio dos municípios, tendo as transferências financeiras se transformado em lei a partir de 2001 (Lei 10219/2001).

Institucionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima (Lei 9533/1997, regulamentada pelo Decreto 2609/1998), permitindo o repasse de apoio financeiro da União aos municípios que operassem programas de renda mínima associado a ações socioeducativas em seus territórios.

O Programa Bolsa Alimentação (MP 2206/2001), operado pelo Ministério da Saúde, passou a estabelecer a complementação da renda de mães gestantes, amamentando filhos e crianças com idade entre 6 meses a seis anos e onze meses, com riscos nutricionais.

Surge, em 2000, o Programa Auxílio-Gás, motivado pela retirada do subsídio aos derivados do petróleo, auxiliando o orçamento doméstico das famílias que já estavam sendo atendidas nos demais programas de transferência de renda.

O Projeto Alvorada (Decreto 3769/2001) reforçou e integrou 17 ações governamentais – nas áreas de educação, saúde, saneamento, emprego e renda – com foco regionalizado nos municípios com IDH abaixo de 0,50. Foram inicialmente selecionados 1.796 municípios, que passaram a receber recursos para o desenvolvimento de ações integradas no combate à exclusão social.

O Programa Bolsa Renda (MP 2.203/2001), regulamentado pela Lei 10.458/2002), tornou-se o mais emblemático da modernização das políticas sociais no Brasil. Durante a seca de 2001, no lugar de criar as famosas “frentes de trabalho”, o governo atuou por meio da transferência direta de renda monetária às famílias.

Em 2001, no segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso,

houve uma expansão de programas sociais de transferência de renda, baseados no programa nacional do “Bolsa Escola”. Destacou-se o “Bolsa Alimentação” que juntos alcançaram 5.561 municípios brasileiros. Isso proporcionou uma grande rede de proteção social. E, no primeiro mandato do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram realizados estudos de viabilização de uma Política Pública de Transferência de Renda abrangente, a fim de enfrentar a questão da fome, além de ser implementada o Plano Fome Zero de modo gradual e em conformidade com o Programa de Renda Básica de Cidadania proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Em julho de 2002, foi instituído o “Cartão do Cidadão”, em forma magnética, permitindo às pessoas beneficiárias receberem seu auxílio financeiro diretamente da Caixa Econômica Federal. Representou o golpe da morte na política social clientelista do Brasil.

Em 09 de janeiro de 2004, através da Lei 10.836, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria o Programa Bolsa Família, unificando os quatro programas: Bolsa Escola, Bolsa Família, Auxílio Gás e as transferências do PETI. Implanta, definitivamente, o Cadastro Único dos programas sociais do governo federal.

Assim, foi desenvolvido o Programa Bolsa Família para unificar os programas sociais pré-existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. E, com a unificação dos programas sociais de transferência de renda, o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, ficando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no comando do programa de política pública. Sua estrutura está fundamentada em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias, para que tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza.

4.3 OBJETIVOS

Os objetivos do Programa Bolsa Família estão elencados de forma prática, todos devidamente estudados para que surtam os efeitos almejados na superação da pobreza, Ademais trazia como prioridade a dignidade do ser humano no que se

refere ao combate à fome e incentivo à segurança alimentar nutricional, promoção do acesso das famílias carentes à rede de serviços públicos e combate à desigualdade social. Tinha apoio dos órgãos públicos para auxiliar as famílias a superar a condição de pobreza ou extrema pobreza.

Para Campello (2015, p. 13), o Programa Bolsa Família teve como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias em situação de miséria, a fim de estimular avanços na saúde e educação e interromper o ciclo de pobreza reproduzida entre gerações nos segmentos sociais vulneráveis. Para isso precisou unificar os programas de transferência de renda no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), como estratégia federativa de gestão de garantir a oferta e acesso a serviços básicos de cidadania.

Segundo Campello, o programa atingiu seu objetivo e superou as expectativas nos impactos de condições de vida da população. As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionaram às famílias o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social. Isso demandou a articulação Inter setorial institucional, sendo necessária uma parceria com estados e municípios para sua execução. Com o CadÚnico, o programa atingiu 13,8 milhões de beneficiários. Sua eficácia é checada pelo cruzamento de dados informados pelos beneficiários com os registros administrativos do Governo Federal e comprovam que os resultados esperados foram alcançados com baixo custo para os cofres públicos.

Segundo Mercadante (2010, p. 362): “Criado no final de 2003, o Programa Bolsa Família transformou-se em pouco tempo em uma das iniciativas mais exitosas de redução da pobreza e de inclusão social”. Mas, o mesmo autor deixa claro que não se trata apenas de um programa assistencialista.

A ideia de renda mínima no Brasil foi marcada principalmente no início da década de noventa, quando o Projeto de Lei nº 80/91 de autoria do senador Eduardo Suplicy foi aprovado no Senado por unanimidade. O Projeto previa uma complementação na renda dos indivíduos com mais de vinte e cinco anos que recebessem abaixo de um valor estabelecido. A complementação seria de 30% da diferença entre a renda recebida e o mínimo estabelecido. Mesmo com tantos embates e divergências, o projeto começou a funcionar a partir de 1995 em alguns municípios brasileiros como: Campinas, Ribeirão Preto e Distrito Federal, sob a forma de Programas de Renda Mínima (ZIMMERMANN, 2006).

O desenho do Programa Bolsa Família estabelece algumas condicionalidades

nas áreas de saúde e educação que devem ser cumpridas pela família para que continuem a receber o benefício. A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição, gestantes e crianças ou adolescentes entre

0 e 17 anos. Para famílias com crianças de até 15 anos é indispensável efetivar a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino e garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal.

As gestantes e nutrizes devem inscrever-se no pré-natal e participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável. Para famílias com crianças de até 7 anos é necessário manter atualizado o calendário de imunização e o acompanhamento do estado nutricional e de desenvolvimento (medição de peso e altura) preconizado pelo Ministério da Saúde.

O principal objetivo das condicionalidades previstas pelo PBF é reforçar acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Conforme já observado nas colocações anteriores, há três razões principais para estas condicionalidades:

1) As condicionalidades servem como incentivo para os pais recorrerem às escolas e aos serviços de saúde pública.

2) As condicionalidades servem para legitimar as transferências de renda, visto que, a partir desse momento as famílias precisam produzir uma contrapartida para serem pagas.

3) O fato das famílias não cumprirem as condicionalidades serve como “sinal de alerta” para as autoridades, de que as famílias têm problemas específicos e necessitam de atenção especial, por exemplo, pelos assistentes sociais.

Não somente os estudiosos comprovam, mas é notório a todos que o Programa Bolsa Família é uma política social de transferência de renda que tem efeito importante na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, reduzindo a desigualdade social, pois, pelo acesso à renda, os beneficiários possuem mais autonomia, poder de compra, melhorando significativamente a sua qualidade de

vida. O Programa Bolsa Família trouxe uma qualidade nova ao sistema de seguridade social do Brasil, pois, em décadas de história, pela primeira vez, instituiu-se um programa em âmbito nacional para a redistribuição de renda para famílias consideradas vulneráveis.

No que se refere aos valores a que as famílias podem ter acesso mensalmente, eles possuem variáveis dependendo da soma de vários tipos de benefício. Os tipos de benefício variam dependendo da composição familiar e das formas de cadastro dentro da composição. Assim são avaliados: número de pessoas, idades, gestantes, bem como a renda existente dentro da família beneficiária avaliada. O Valor Benefício Básico é de R\$ 89,00 pago apenas a famílias extremamente pobres - renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00.

Benefícios variáveis

<p>Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.</p> <p>R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição.</p> <p>É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.</p>
<p>Benefício Variável Vinculado à Gestante</p> <p>R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição.</p> <p>São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.</p>

<p>Benefício Variável Vinculado à Nutriz. R\$ 41,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê.</p> <p>São seis parcelas mensais.</p> <p>Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.</p>
<p>Benefício variável vinculado a adolescentes no valor de R\$ 48,00 até dois adolescentes por família</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos na composição familiar. Exige-se a frequência escolar.</p>

É importante que as famílias cumpram rigorosamente com as condicionalidades referentes à saúde e educação, para que não haja cortes ou bloqueios no repasse do benefício. Lembrando que o Programa é fiscalizado através do MDS a cada seis meses, não coincidindo os dados ou na ausência de dados os valores são bloqueados até nova atualização.

Saliente-se que os valores são reajustados anualmente, valor repassado pelo governo federal. Importante destacar ainda que o PBF é unicamente fiscalizado e monitorado pelo MDS. Os municípios apenas trabalham em parceria para alimentação do sistema a fim de que os monitores façam análise dos dados e assim efetuem a liberação ou não do benefício dentro das condicionalidades impostas pelo governo Federal no quesito renda *per capita* para que o cidadão possa fazer parte do Programa Bolsa Família.

4.4 CadÚNICO

A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em

programas federais. É usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, dispõe sobre o cadastro único para programas sociais do governo federal.

Art. 2 - O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico - é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, e sua base de informações pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população

A coleta dos dados das famílias deve ser realizada por meio do preenchimento do formulário do CadÚnico. Cada formulário deve identificar apenas uma família. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único, que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível. Por

meio do NIS, os operadores do Cadastro Único podem localizar as pessoas cadastradas, atualizar dados do cadastro, verificar a situação do benefício e realizar as ações de gestão de benefícios.

Em novembro de 2016, com a entrada em vigor do Decreto nº 8.805/2016, tornou-se obrigatória a inscrição de beneficiários e requerentes e de suas famílias no Cadastro Único para concessão e manutenção do Benefício. Após esta data, todos os cidadãos devem realizar cadastro no CadÚnico para que possa receber quaisquer tipos de benefício do governo federal, bem como mantê-lo atualizado para fins de consulta.

4.5 IGD

Em 2008, o IGD Estadual (IGD-E) foi criado com o objetivo de avaliar mensalmente a qualidade da gestão do PBF em cada estado (Portaria MDS nº 76). A partir dos resultados identificados, o MDS repassava recursos aos estados para incentivar o aprimoramento da gestão compartilhada do PBF e Cadastro Único. Assim, esperava-se que esses entes federados buscassem melhorar cada vez mais a coordenação do PBF e do Cadastro Único em seus respectivos territórios.

Essa portaria contribuiu também para fortalecer o papel dos estados, tornando-os parte integrante da estrutura operativa do PBF e Cadastro Único, uma vez que eles passavam a receber incentivo financeiro para executar ações que estavam sob sua responsabilidade. Embora tenha representado um avanço na gestão do Programa Bolsa Família, essa portaria regulamentava o repasse apenas para o ano de 2008. Em 2009, não houve repasse de IGD-E, em virtude da falta de amparo legal.

Em outubro de 2009, o IGD-M tornou-se uma transferência obrigatória aos municípios que alcançaram os índices mínimos e os requisitos exigidos (Lei nº 12.058 e Decreto 7.332).

É importante salientar que o IGD-SUAS foi criado como forma de aprimorar a Gestão do SUAS na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais. Os recursos deverão ser utilizados em investimentos na organização, gestão, estruturação e manutenção dos serviços e sua integração com benefícios e transferências de renda e os demais programas da Assistência Social. Já o IGD-PBF foi instituído com o intuito de apoiar a gestão e a execução local do Programa

Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Como tais recursos são aplicados a partir de planejamento anual realizado no âmbito do Município, destaca-se a necessidade de atualização deste planejamento para inclusão das respectivas ações destinadas à comunicação com a população que se pretende alcançar para inclusão e atualização cadastral no Cadastro Único.

5 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo faremos a explanação sobre o desenvolvimento do estágio curricular obrigatório de Serviço Social. Apontamos a concepção de Serviço Social que norteou nossa intervenção, o projeto institucional, quais os objetivos do projeto desenvolvido junto à instituição, a caracterização institucional e as formas de intervenção, onde foram realizadas e as considerações finais sobre o estágio.

O processo de intervenção de estágio se deu junto ao Departamento de Ação Social do Município de Videira/SC, junto ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família em que eram realizados os atendimentos com população. Não somente público do Programa Bolsa Família, mas também atendimentos de todas as situações de vulnerabilidades para as quais o assistente social faz uso de suas atribuições. Porém a maior parte do estágio se deu fora da instituição, em visitas domiciliares, reuniões e palestras.

Durante o período em que ocorreu o estágio, houve a oportunidade de estabelecer a conexão da prática com a teoria repassada dentro da universidade. Foi um processo de conhecimento amplo poder estar diretamente ligada à realidade de cada um dos usuários, a cada intervenção e atendimento realizado. Foi possível observar a diversidade dos seres humanos, usuários do sistema, de garantias as quais o Serviço Social busca a efetivação da garantia dos direitos.

Constatou-se que cada um possui sua forma de vida e motivos peculiares para estar fazendo parte deste programa. Nesse processo de aproximação de uma realidade com o acirramento das expressões da questão social, com perdas de direitos já adquiridos e, considerando o mínimo previsto deixando de ser garantido, sabe-se que o sistema capitalista faz com que o aumento das desigualdades sociais se agravem dia após dia, tornando de forma cada vez mais eficaz e necessária a contribuição do profissional de Serviço Social para garantir o acesso dos usuários aos seus direitos.

Não se pode perder de vista a necessidade de estar em constante aprendizado, pois a cada dia surgem novas situações as quais não podemos deixar de atender, entender para buscar forma de auxílio. Constatou-se que não existe um método pronto para atendimento. Existe sim o conhecimento a ser aprimorado para poder intervir com cada situação. Não se trabalhou com uma demanda estável e sim

com variações de formas das expressões da questão social, em que a atenção ao fato é primordial para o entendimento do porquê de seu surgimento para que, a partir do entender, poder buscar formas de auxiliar o usuário presente e os que da assistência necessitarem.

5.1 CONCEPÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO

A profissão de Serviço Social foi regulamentada no Brasil pela lei 8662/92 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre o exercício da profissão de Serviço Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

No Art. 4º da referida lei consta que: Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de

Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como sua institucionalização, está inserido nas décadas de 1930 e 1940. Foi resultado das condições sócio-históricas, fazendo o assistente social se tornar elemento necessário para mediar conflitos.

Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realizando sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Segundo Iamamoto (2011,p 10), a gênese do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho, está relacionada ao contexto das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, pois o debate acerca da “questão social”, que atravessa a sociedade nesse período, exige um posicionamento do Estado, das frações dominantes e da Igreja.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, no início da década de 1930.

Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

O Serviço Social, em sua origem americana, denominado *social work* (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica Romana. Nesse momento, tinha sua prática fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p. 88).

Desde o século XVIII, com a introdução das indústrias nas cidades, surge uma nova forma de organização social (Sistema Capitalista), que institui a sociedade de classes e um novo modo de produção nas relações sociais. “O capitalismo gera o

mundo da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p.54).

Na Europa, a população inserida nesse modelo de produção vivencia no seu cotidiano o agravamento dos problemas sociais. Diga-se das expressões, da “questão social” e quaisquer formas de enfrentamento dos trabalhadores frente a esse modelo eram visualizadas pela classe dominante apenas como uma falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações entre eles e não como um problema estrutural do meio.

A “questão social” é pensada como:

(...) conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade;

(...) conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.

[...]expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO,2008, p. 16-17).

Como estratégia de ajustar a falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações sociais, o trabalho social tinha papel imprescindível de corrigir os abusos e enfraquecer as rebeliões no intuito de aliviar o sofrimento e melhorar a situação de milhares de seres humanos. Ao tentar realizar essa tarefa, o trabalhador social tinha uma visão ingênua e maniqueísta: “Ingênua porque pressupunha a solução dos problemas globais partindo de cada um deles isoladamente. Maniqueísta porque dividia o mundo entre bons e maus, abusadores e não abusadores, rebeldes e integrados” (FALEIROS, 2001, p. 89)

Diante disso, as igrejas tinham igualmente uma missão social de impor a paz política a de fazer caridade, com intuito muito claro de apaziguar os conflitos da população que sofria com todas as formas de desigualdades e explorações. A justificativa dessas instituições era cumprir os seus deveres com os pobres. Assim, a classe dominante propagava aos sujeitos a culpa pela sua própria condição,

considerando-os culpados por sua pobreza e seus fracassos.

Nessa conjuntura, não existia a profissão de Serviço Social, ou seja, a profissão não era regulamentada. Todavia, as damas de caridade, “assistentes sociais”, contribuía voluntariamente para realizar atividades solicitadas pelas igrejas. Um marco importante para a organização da Assistência Social é a fundação em 1869 da Sociedade de Organização da Caridade em Londres (ESTEVIÃO, 1985).

Nas ações destas instituições, a intervenção do trabalhador social estava enraizada na assistência prestada aos pobres e oprimidos que viviam na marginalização social. Sendo assim,

[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes, alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2005, p. 66).

Demarcando a origem do Serviço Social como profissão, registra-se que, em 1899, na cidade de Amsterdã, funda-se a primeira Escola de Serviço Social do mundo, configurando-se como um marco na profissão. Nesse contexto, surgem também na Europa as principais correntes de pensamento na Sociologia que dará suporte teórico à profissão.

No entanto, mesmo constituída como profissão, os profissionais de Serviço Social ingenuamente sustentavam a ideia de que os pobres eram a causa de sua própria situação.

[...] Assim, as novas formas de prática social e suas estratégias operacionais, de acordo com os interesses burgueses, tinham de constituir mecanismo que dessem uma aura de legitimidade à ordem social burguesa, tornando-a inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado (MARTINELLI, 2005 p. 62).

No processo de legitimação da profissão, Mary Richmond, assistente social norte-americana, no início do século XX, teve a sensibilidade de começar a refletir e a sistematizar cientificamente a respeito do que é Serviço Social e de como essa profissão deveria ser exercida. Ela é a primeira a escrever sobre a diferença entre “assistência social”, ou caridade, ou filantropia, e o Serviço Social propriamente dito. Além de desenvolver a técnica de tratar os indivíduos isoladamente - Serviço Social de Caso - metodologicamente buscava compreender e resolver os problemas dos indivíduos de forma particular, sem levar em consideração os diversos fatores internos e externos da de cada sujeito.

Desenvolveu-se também o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade com objetivo de contemplar uma demanda, já que o aprofundamento da crise capitalista tornou evidente que resolver “casos” de maneira isolada, um por um, já não era suficiente para atender as grandes demandas, tendo em vista o aprofundamento das expressões da “Questão Social”.

Relativamente ao Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930. Não de forma isolada, mas em articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais, bem como pelos setores políticos, social e religioso (SILVA & SILVA, 1995).

Historicamente, o Serviço Social tem demonstrado seu compromisso com os interesses das classes do bloco hegemônico do poder, confrontando-se, contraditoriamente, com a clientela que tem se constituído no sujeito de sua ação cotidiana (IAMAMOTO & RAUL apud SILVA & SILVA, 1995, p.36).

Sendo assim, correlacionando com a discussão apresentada, percebe-se uma contradição na operacionalização de sua prática profissional, visualizada da seguinte maneira: enquanto são contratadas por uma classe (burguesa), suas ações são dirigidas para outra classe (subalterna), uma vez que a intervenção profissional responde demandas sociais, com objetivo de mediar os conflitos sociais e legitimar os interesses da classe capitalista.

Ao se fazer uma análise histórica do Serviço Social enquanto profissão, verifica-se que ele surge e institucionaliza-se quando, por meio de suas ações, procura dar respostas a uma demanda social concreta, em cujo sistema capitalista apresenta-se com o acentuado processo de contradição entre o capital x trabalho. Nessa perspectiva, o Serviço Social como profissão liberal tem na “questão social” seu objeto de estudo e intervenção. Ademais é construído na complexa dinâmica das relações sociais, a partir das contradições geradas no sistema capitalista.

No Brasil, neste período, o país vivia um momento de turbulência por diversos fatores. Pode-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e problemas derivados da quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Tudo isso motivou grandes impactos econômicos e políticos e o Brasil sofreu com a queda do preço do café que era seu maior produto de exportação. Isso causou aumento do custo de vida da população e, conseqüentemente, o aumento da pobreza conjuntural. O Brasil vivenciava o governo provisório (1930 a 1934) de Getúlio Vargas, que usufruía de poderes quase ilimitados. E, aproveitando-se deles, começou a adotar políticas de

modernização do país. Criou, por exemplo, novos ministérios (como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde) e nomeou interventores de estados. A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a Assembleia Constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas como presidente.

Entre 1930 e 1937, o país viveu um período de grandes agitações políticas, em virtude da amplitude e da organização de movimentos políticos. Relativamente à mobilização, ela atingiu vários estados da Federação, inclusive a capital da República. Além de envolver vários grupos sociais como: operários, classe média, militares e industriais. Quanto à organização, cresce o número de sindicatos, associações e surgem diversos partidos políticos.

Nessa direção, na operacionalização de sua intervenção, os assistentes sociais recém-formados em 1936 atuaram na mudança de hábitos das famílias e pessoas, na perspectiva de melhorar os comportamentos, as condições de higiene, a moral e a sua inserção na ordem social.

[...] Exemplos dessa articulação, na prática, podem ser vistos através das atividades das assistentes sociais subindo os morros das favelas para levar as pessoas a regularizarem suas relações de casal por uma certidão de casamento ou certidão de nascimento dos filhos e a evitar relações consideradas promíscuas ou perigosas: era a ordem moral e social para sociais e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadia” (FALEIROS, 2005 p.13).

Tendo como competência elaborar, implementar e executar políticas sociais, mais especificamente políticas públicas, esses profissionais, nos termos de Netto (1992), apresentam-se como “um executor terminal de políticas sociais, intervindo diretamente com a população usuária” (NETTO, 1992 apud IAMAMOTO, 2008 p. 20). Isso porque sua função enquanto profissão para classe burguesa deve seguir na direção de amenizar conflitos, uma vez que “se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança do comportamento em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos indivíduos” (FALEIROS, 2005 p. 13).

A partir dessa análise, considerando o contexto socioeconômico, político e cultural, o objeto de intervenção da profissão se configurava fundamentado na moral, na higiene e na boa conduta, numa perspectiva de manter a ordem advinda das pressões da sociedade que se encontrava em situação de miserabilidade por efeito

de diversos fatores advindos das crises anteriores.

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO, 2004, p. 93).

O assistente social, agora identificado como profissional assalariado, inserido no mercado de trabalho, iria desenvolver suas ações a partir da execução das políticas assistenciais disponibilizadas pelo Estado e setores empresariais. Seu público eram os grandes setores do proletariado.

Posterior a esse momento histórico, nas décadas de 1940-1950, “há uma mudança na regulamentação econômica e política mundial com advento da hegemonia norte-americana no mundo ocidental” (FALEIROS, 2005 p. 14) Assim o Brasil tornou-se, internacionalmente, dependente e o Estado era impulsionado a investir em estrutura desenvolvimentista.

Assim, à medida que se aprofundava o processo de expansão e do regime capitalista e que se agravavam, na mesma medida, especialmente no segundo pós-guerra e nas décadas seguintes, as crises políticas, sociais e econômicas, começavam a cair por terra a hegemonia do discurso e das práticas burguesas e com ela a reificada concepção do mundo da burguesia (MARTINELLI, 2005 p. 136).

Nesse processo de expansão e consolidação do modo de produção capitalista, com as crises políticas, sociais e econômicas, o profissional é convocado para não mais responder a demandas do ponto de vista de ordem, moral ou higiene, mas, sobretudo, na articulação da harmonia social na relação Estado/sociedade.

Impende observar que as mudanças nas práticas profissionais seguiam na direção da internacionalidade no eixo teórico dependente do país. Configurava-se também sobre a hegemonia norte-americana e refletia na mesma intensidade sobre as produções teórico-metodológicas da profissão que tinha nos conteúdos das disciplinas aspectos psicológicos, sociológicos primordiais que definiram o modelo de formação profissional levando em consideração a visão harmônica de sociedade e absolvendo o princípio de neutralidade.

Vale registrar aqui que, para responder às demandas apresentadas pela população nesse período, o Serviço Social no Brasil se utilizava dos clássicos do “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social e de Comunidade” (ESTEVÃO, 1985) advindos dos Estados Unidos. Objetivava tornar a comunidade organizada, com líder

que buscasse melhorar os meios e as condições imediatas numa perspectiva de prevenir doenças, conscientizar gestantes e articular obras sociais, condições de habitação e a questão sanitária.

Na busca da própria teoria, o Serviço Social brasileiro vivenciou vários conflitos ideológicos e políticos. Esses movimentos de elaboração crítica articularam-se com as lutas estudantis e políticas pela transformação das relações de dependência entre países e das relações de exploração e dominação entre classes.

A chamada “geração de 65”, marcadamente latino-americano, questionando o Serviço Social importado, enquanto outros, já influenciados pela Revolução Cubana e pela luta anti-imperialista e anti-stalinista dos anos 60, passou a crítica do processo de dominação de classe presente no Serviço Social Latino-Americano implicando também a crítica à burocratização do Serviço Social. Buscavam outra inserção do Serviço Social junto às classes trabalhadoras, na realidade a elas articulada (FALEIROS, 2005, p. 17).

No intuito de romper com a visão conservadora e tradicional da profissão, o Movimento de Reconceituação preconizado pela “geração 65” preocupou-se com o desenvolvimento teórico, a dimensão crítica e política do Serviço Social. Esse “centrou sua análise com a questão da classe, na defesa do trabalhador, e hoje acrescenta de maneira nítida, ao processo de compreensão e intervenção social a questão da cidadania” (FALEIROS, 2001, p. 22).

Ao se pensar na inserção do Serviço Social junto à classe trabalhadora, percebe-se que os profissionais passam a analisar criticamente suas intervenções, pois a aproximação com os movimentos sociais na luta por seus direitos criou a possibilidade de reflexão crítica de sua atuação, despertando a busca de um referencial teórico que construísse uma ideologia de transformação social. Essas ideias já eram discutidas na Europa por Karl Marx.

Inicialmente, verifica-se que a teoria marxista no Serviço Social se deu por determinados intérpretes de Marx, que buscavam decifrar conceitos básicos do marxismo, resgatando assim uma abordagem de segunda mão dessa teoria. A partir desse momento, vê-se a aproximação do Serviço Social com vertentes contemporâneas do marxismo (SILVA & SILVA, 2007).

Nesse período, o país estava passando por um momento ditatorial que se iniciou no dia 31 de março de 1964, “de modo abrupto, violento, e radical nos avanços do processo organizativo das classes populares (...) retração de todos os

movimentos de natureza social” (MARTINELLI, 2005, p. 141). Isso refletiu no afastamento temporário do Serviço Social da classe trabalhadora devido à organização ditatorial do governo.

Os anos 1960, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontrava-se o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e prevenção de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar (MARTINELLI, 2005, p.142).

Essa forma de organização do governo causou retrocesso não só na profissão, mas em todos os segmentos da sociedade. Muitos foram exilados, mortos, perseguidos, torturados e deportados por não estarem de acordo com o regime político ditatorial, sofrendo todo tipo de repressão.

Por se configurar como um período de repressão por obra da ditadura, a profissão em termos teórico-metodológicos recuou e não mais avançou. Foi um momento de retrocesso, em que livros foram queimados ou proibidos de circular e de serem impressos.

O movimento de Reconceituação do Serviço Social, especificamente no Brasil, conforma um processo de renovação do Serviço Social assumindo, de acordo no Netto (2005), três direções. A perspectiva modernizadora (Expressões desse movimento do serviço social brasileiro são as realizações dos Seminários que trataram da Teorização do Serviço Social: Araxá (19 a 26 /03/ 1967), Teorização do Serviço Social , Teresópolis (10 a 17 /01/1970), Metodologia do Serviço Social, Sumaré e Alto da Boa Vista (20 à 24/ 11/1978), Cientificidade do Serviço Social. Os documentos utilizados nestas discussões são considerados marcos históricos do Serviço Social). Ainda a perspectiva de reatualização do conservadorismo (com inserção no serviço social de propostas fenomenológicas). E a perspectiva da intenção de ruptura (com inserção no serviço social de análise crítica fundamentada na teoria social de Marx e marxista).

Conforme Netto (NETTO, 1991, p. 248), os assistentes sociais começam a desenvolver um intenso processo de discussões internas na busca de um novo perfil profissional e de uma identidade com as classes trabalhadoras já que a formação profissional do assistente social é pautada pela eficiência e modernização da profissão. Por isso considerava-se fundamental o planejamento, a coordenação, a administração, a capacitação profissional para atuação a nível de micro, macro e

participação em equipes interprofissionais.

Dessa forma, os eixos articuladores da prática profissional de ruptura, “não podem ser considerados isoladamente, mas de forma articulada e complementar, no que se refere à sua formulação e à operacionalização da ação profissional” (SILVA & SILVA, 2007, p. 174).

Sinaliza-se a importância do trabalho interprofissional numa mesma instituição, bem como entre outras instituições, propiciando acordos entre os profissionais e as classes sociais subalternas organizadas, ou seja, assistente social e cliente são participantes ativos da relação profissional. E, nesse processo, é necessária a crítica do conhecimento de ambos.

[...] percebe-se que a formação de aliança dos assistentes sociais com a clientela e com os outros profissionais é colocada na perspectiva de uma ação coletiva, visa um processo de organização e mobilização dos assistentes sociais, enquanto categoria profissional de forma que suas ações tenham reflexão na constituição de sujeitos coletivos que visa a um processo de organização e mobilização dos assistentes sociais enquanto categoria profissional (OLIVEIRA, 1988 apud SILVA & SILVA, 2007, p.175).

Entre os métodos a serem adotados pelo profissional de Serviço Social, destaca-se a necessidade de se conhecer as relações de poder que se estabelecem entre o profissional/clientela e outros profissionais, a fim de que instaure um poder compartilhado que busque estabelecer uma relação de legitimação da classe, apresentando ações concretas a favorecer o poder da classe trabalhadora.

Desse modo, ao se apropriar de um complexo amplo de saberes, a categoria profissional de Serviço Social tem o desafio constante de produzir e reconstruir crítica à teoria, no intuito de superar limites e estabelecer coerência em sua matriz teórica que, mesmo não explícita, existe sempre uma teoria orientando o profissional em sua ação na realidade do usuário. Isso permite que esquematize suas análises por meios de referências, concepções e suportes que instrumentalizem e reforcem o diálogo ao apreender a realidade.

Tendo em vista as concepções de Setúbal (2009), que reforça as colocações acima, o Serviço Social, como prática social e histórica, apresenta a necessidade de constante revisão teórica, metodológica, para um agir comprometido e coerente com a realidade em que atua.

[...] Coloca-se a necessidade de uma base teórica sólida, tendo em vista a formação para pesquisa e a formação técnica-operativa para intervenção, devendo superar outro dilema: o da relação teoria/prática. E aqui

reafirmamos nosso entendimento de que a fragilidade, dita instrumental, no Serviço social, tem como determinação maior a fragilidade teórico conceitual, entendendo que o teórico-metodológico constitui uma unidade, uma totalidade (SILVA & SILVA, 2007, p. 249).

Dessa forma, faz-se necessário que a reflexão sobre a metodologia supere tanto o formalismo das etapas preconcebidas, dos elementos preestabelecidos numa estrutura rígida, como o empirismo (experimentação inspirada nas situações pessoais, na preocupação apenas da aplicabilidade) e o ecletismo (posições misturadas, sem crítica das teorias funcionalista, fenomenológica e dialética) (FALEIROS, 2005).

Um desafio metodológico da profissão é trabalhar a representação e a reprodução a fim de mediar suas complexidades, pois envolve uma série de implicações de diferentes abordagens.

A ruptura com o Serviço Social conservador/tradicional só é possível a partir da década de 1980, quando o país é marcado por eventos importantes. Há uma movimentação da sociedade pelo fim do regime ditatorial militar implantado em 1964, com o movimento das “diretas já”, quando se reivindica a volta da democracia. Como resultado, elege-se um presidente, Tancredo Neves que falece. Assume então José Sarney. A partir de então, os constituintes reúnem-se para formatar uma nova constituição, promulgada em 1988. Chamada de “Constituição Cidadã”, tem como característica fundamental a defesa de direitos, com um novo desenho de políticas sociais asseguradas. O País começa a viver novos tempos, e a profissão também.

Na década de 80, o Serviço Social se apropria da teoria marxista, com a introdução do conceito de participação popular, na busca de uma ruptura com a visão conservadora. A partir da década de 1980, institui-se um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição da profissão. Durante essa década, o processo de rompimento com o conservadorismo gerou no interior da profissão uma cultura que reconhece a pluralidade teórico/metodológica. No entanto, fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional. Essa orientação coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana, definidos no Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1997), marco significativo para a profissão nos anos 1990.

A década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu

passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho.

Ainda, nesta década, o Serviço Social enfrenta questões sobre as políticas sociais, em especial quanto à consolidação de políticas públicas nas áreas da seguridade social. Compreende o tripé: saúde, assistência e previdência social e do trabalho. Essas, entre outras instâncias das políticas públicas, passam a ser pauta do debate da profissão, bem como da ação profissional desencadeada nestas áreas. Tais preocupações contribuíram para que o Serviço Social enfrentasse, e continue enfrentando junto à sociedade civil organizada, os impasses, desafios e dilemas que a democracia, a cidadania e os direitos sociais colocam à prática social. E nesse âmbito em especial, à prática do profissional do Serviço Social. Nesse período, o Serviço Social elabora um novo código de ética profissional e desencadeia um novo processo de formação profissional. Ademais, aprova novas diretrizes curriculares para os cursos de serviço social no Brasil.

Os anos 1990 iniciaram com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Esses foram seguidos pela consolidação da democracia, globalização e capitalismo global. Fatos marcantes para a década foram a Guerra do Golfo e a popularização do computador pessoal e era da Internet. Cada período de prosperidade foi o resultado de uma mudança de padrão nos assuntos globais. As mudanças na década de 90 ocorreram em parte como resultado do final da Guerra Fria, atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Compreende o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a extinção da União Soviética, um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social que causou mudanças a nível mundial. Muitos países, instituições, companhias e organizações consideraram os anos 1990 como "tempos prósperos".

Vale salientar que, em nível de Brasil, os anos 1990 iniciaram com instabilidade, com o confisco das poupanças no então governo do presidente Fernando Collor. Porém seu mandato foi de curto período devido à falta de comprometimento e honestidade de seu governo. Ocorreu que milhares de jovens, mobilizados por uma forte campanha de mídia, criaram o movimento dos "carapintadas" e pediram sua saída. Isso gerou o processo de *impeachment*.

Seguidamente, após a saída de Collor, surge o Plano Real (1994), já no governo seguinte Itamar Franco. O país experimentou estabilidade econômica e crescimento com o Plano Real, que igualava a paridade da moeda brasileira ao dólar por meio de uma banda cambial que estabelecia os valores de alteração do câmbio para segurar a inflação. O Ministro da Fazenda que implementou o Real, Fernando Henrique Cardoso, elegeu-se presidente por duas vezes seguidas naquela década. Ganhou sua reeleição após mudar a Constituição em que contou com importantes alterações para benefício do povo brasileiro.

Em 1993, após debate conjunto da categoria de Serviço Social no país, foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional, instituída pela Resolução 273/93 do CFESS. O Código de Ética Profissional representa a dimensão ética da profissão, com caráter normativo e jurídico. Ele delinea parâmetros para o exercício profissional, definindo direitos e deveres dos Assistentes Sociais, busca a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados, expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político assumido pela categoria.

Também em 1993 ocorre a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante maioria jurídica à assistência social, apontada na constituição federal de 1988. Traz a profissão para o campo do direito com responsabilização do Estado e expressa a recusa da tradição clientelista, assistencialista das suas ações. A assistência social adquire estatuto de política pública e enfrenta desafios a serem encarados a fim de superar as diversidades que norteiam a ação do Estado e das entidades que atuam como proporcionadores de políticas públicas. Também tem como meta superar e avançar em relação ao processo de avaliação da gestão da política em suas diferentes instâncias e consolidar um processo de controle social, com efetiva participação da sociedade civil.

Assim, trabalho e formação profissional encontram-se estreitamente conectados na resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do Assistente Social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceria da equidade

e da liberdade, princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social de 1993.

A compreensão dos meios que norteiam a profissão: fundamentos históricos, teóricos e metodológicos e o cumprimento do código de ética torna sábia a ação do assistente social, pois, a partir dessa compreensão que permeia a forma de atuar diante da forma de intervir junto ao usuário, vislumbra-se o verdadeiro papel a ser desempenhado na profissão no campo de trabalho para proporcionar uma leitura coerente da realidade e buscar a forma correta no enfrentamento à questão social.

5.2 PROJETO INSTITUCIONAL

O estágio curricular obrigatório supervisionado de Serviço Social foi realizado no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família alocado junto ao Departamento de Ação Social do Município de Videira, já descrito nos capítulos anteriores.

5.3 PROJETO ACADÊMICO

Para desenvolver o estágio curricular obrigatório de Serviço Social, obtivemos autorização da Diretora do Departamento, Sra. Rosemari Pinto da Silva Neto, juntamente com a supervisora de campo, a Assistente Social, Sra. Rosenir Corso. O objetivo era a realização de atendimentos diversos, com ênfase nas visitas domiciliares dos usuários do Programa Bolsa Família.

5.3.1 Objetivos

5.3.1.1 Objetivo Geral

Por meio do estágio obrigatório de Serviço Social, desenvolver atividades concernentes às normativas do Programa Bolsa Família da Secretaria de Ação Social do município de Videira/SC, pautadas no conhecimento da profissão, proporcionando aos usuários do programa o acesso ao benefício.

5.3.1.2 Objetivos Específicos

Por meio do conhecimento teórico, instrumental e metodológico da profissão:

- Possibilitar aos beneficiários o acesso ao recadastramento do benefício;
- Realizar a busca ativa dos beneficiários com pendências;
- Proporcionar explicações sobre o funcionamento do PBF;
- Promover palestras e reuniões com o público beneficiário;
- Orientar e auxiliar a demanda;
- Intervir junto à demanda não cadastrada.

No desenvolvimento do estágio, reafirmamos como orientação que o Serviço Social tem hoje três dimensões inseparáveis:

Dimensão Ético-Política: A dimensão ético-política nem sempre esteve visível na prática profissional. Esse debate tem início no período de 1979 a 1985, momento em que acontece o movimento de Renovação do serviço social na direção da ruptura. O debate tem dois sentidos: negação do caráter “apolítico” e “neutro” e afirmação do compromisso com as classes subalternas, criticando o conservadorismo.

Nos primeiros momentos, a discussão sobre a dimensão ético – política provocou alguns equívocos na interpretação, que se refletiram na intervenção. Logo, o assistente social não pode ser neutro. Ele deve se posicionar politicamente diante da realidade, para intervir nela e assim ter consciência de qual é a direção a ser seguida. Vale mencionar que o conhecimento do código de ética profissional é fundamental para tal atuação.

Dimensão Teórica-Metodológica: O profissional tem que estar atualizado da realidade e das demandas dos seus usuários, por meio de estudos mais abrangentes, segundo seu contexto histórico, com embasamentos teóricos. Além disso, fugir do senso comum e das aparências e criar formas efetivas de transformar a realidade desse usuário, respeitando suas especificidades.

Dimensão Técnico Operativa: Segundo Toniolo, debruçado em autores como (Carvalho e Yamamoto, 2005) e Netto (2005), o Serviço social surge na história como uma profissão interventiva, que visa promover mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas, tornando a visão prática (técnico – operativa) objeto de estudo da profissão.

A competência técnica – operativa tem por objetivo conhecer e apropriar-se

do conjunto de habilidades técnicas para atendimento da população usuária e exigências das instituições contratantes (Estado, empresas privadas, ONG e etc.). Além disso, ser conhecedor da realidade social e institucional garantirá a boa qualidade do serviço no qual atuará como um mediador de tensões, pois, a todo o momento, são impostas a ele demandas de formas contraditórias, provenientes dos empregadores x trabalhadores.

Dentro do processo de estágio, foram operacionalizados os instrumentais técnico-operativos, conforme previstos na profissão para nortear os atendimentos junto ao público usuário. Assim, dar embasamento legal ao trabalho realizado. A teoria e a prática devem andar lado a lado para termos bom desempenho, conforme prevê o fazer do assistente social.

Visitas domiciliares: tem o intuito de efetivar o comparecimento dos usuários para as atualizações necessárias, para evitar a suspensão do recebimento ou a liberação em casos de bloqueio. A visita domiciliar é um instrumental de trabalho do assistente social cujo objetivo é averiguar e constatar a realidade do usuário. Ademais é por meio da visita que se podem operar os demais instrumentais, pois é pelas visitas que se pode conhecer a realidade, para intervir diante da necessidade a fim de garantir o direito ao cidadão.

Reuniões: visa à explanação das condicionalidades e explicações gerais sobre o funcionamento do programa e quem a ele pode ter acesso. As reuniões dentro da profissão são um meio de atingir um número significativo de pessoas com a finalidade de apresentar propostas, projetos ou repassar informações pertinentes ao público alvo.

Estudo Social: realizado para conhecer a realidade familiar em casos nos quais os usuários necessitavam de acesso a outros benefícios. Esse instrumental se aplica para definir a realidade e poder comprovar a necessidade do usuário atendido a fim de proporcionar o auxílio o qual está sendo solicitado por ele. Além disso justifica o fazer do assistente social, dando parâmetros legais para a liberação dos benefícios de necessidade.

Entrevista: instrumental utilizado para arrecadação de dados acerca de informações necessárias, pois é por meio da entrevista que se tem o contato e o conhecimento da situação pela qual o usuário busca auxílio. Ainda, a entrevista é uma forma de escuta a ser avaliada e posteriormente complementada com os demais instrumentais, a fim de investigar e averiguar a veracidade dos fatos

apresentados.

Observação: técnica utilizada para verificar se os dados repassados condizem com a realidade. Mediante observação, conseguimos analisar o que de fato é real. A observação é um instrumental utilizado associado à maioria dos demais, pois é por intermédio da observação que se pode perceber parte da realidade do usuário. E sempre se leva em consideração que o observado deve ser investigado para que não haja injustiças, pois não basta observar, tem que estar atento a todos os detalhes dentro deste instrumental.

Acompanhamento Social: utilizado para verificar se o trabalho do assistente social está sendo priorizado dentro das colocações propostas. No acompanhamento social, o profissional busca atuar de forma que seu usuário consiga demonstrar se houve ou não as mudanças sugeridas, analisar o comportamento e o comprometimento do usuário.

Encaminhamentos: é um procedimento de articulação da necessidade do usuário, com a oferta de serviços oferecidos. Esse trabalho do assistente social visa a auxiliar além na capacidade do próprio profissional, pois direciona cada atendimento dentro da sua necessidade e prioriza encaminhar para o órgão de competência, com a finalidade de garantir o acesso ao direito o qual está sendo acessado.

Cadastro: instrumento de registro de informação a fim de receber informes e transformá-los em dados de utilização. Por meio do cadastro, é possível observar qual a realidade e mapear quais as necessidades do cidadão. Além disso, a partir desse, proceder de forma correta juntamente com demais instrumentos, a fim de constatar e se certificar das informações cadastrais.

Relatórios: instrumental que tem a finalidade de informar sobre fatos que ocorrem em determinadas situações, a fim de informar outros órgãos de atendimento. Relatórios são documentos os quais exigem do assistente social conhecimento situacional, pois mediante eles se pode modificar a realidade de uma família ou usuário. Eles são utilizados sempre que solicitados pelos órgãos que atuam juntamente com o trabalho do assistente social. Ou também utilizado para deixar relatos em arquivos, a fim de que, se houver alteração eventual de profissional que o venha suceder, possa ter o conhecimento dos fatos já apurados e atendidos.

O uso dos instrumentais técnico- operativos, de acordo com Martinelli (2000,

p.138), pode ser visto como:

Uma estratégia para a realização de uma ação na prática profissional, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma “unidade dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades.

Por fim, saliente-se que os trabalhos foram realizados tanto no perímetro urbano quanto no interior, com a finalidade de abrangência do público prioritário já existente. Ademais, buscou conhecer as áreas e analisar o perfil dos moradores com a finalidade de verificar a necessidade de cada um, para obter, junto ao departamento, com documentação em mãos fazer seus cadastros ou atualizar os existentes. As políticas públicas de garantias de direito são asseguradas a todos. Então, cabe ao profissional de Serviço Social explorar as áreas onde as pessoas possuem menos acesso, a fim de levar o conhecimento dos direitos enquanto cidadão.

5.4 ESTRUTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

Segundo dados atualizados do Ministério do Desenvolvimento Social, o Governo Federal transfere recursos para os 5570 municípios brasileiros. E investe-os diretamente para a execução de políticas públicas, usando diferentes instrumentos e processos para levar serviços públicos a todos os brasileiros. O programa de transferência de renda Bolsa-Família, criado em 2004, sob forma de unificação de outros programas já existentes, seria o que apresentou maior impacto dentro da Unidade Federativa como auxílio às pessoas em situação de vulnerabilidade, pois se trata de um benefício gratuito pago pelo governo. Apresenta como requisito apenas o seguimento das condicionalidades as quais não apresentam divergências em serem seguidas.

Porém, sabe-se que grande parte dos bloqueios de benefícios se dá justamente pela não cumprimento das condições. Destaca-se como a mais constante a falta de recadastramento a atualização de dados. Esta é uma das exigências realizada a cada 02 anos, contando da data da última atualização ou de abertura de cadastro. Vale salientar que nem toda a família cadastrada terá direito a

recebimento. Os dados são cruzados pelo MDS e, caso haja controversas, não são aprovados. Se durante o período de 02 anos não houver recebimento, o cadastro deve ser atualizado ou excluído, para que não gere números fictícios ou ainda acarrete a perda de recursos repassados aos IGD (Índice de Gestão Descentralizada) para aplicação junto aos trabalhos desenvolvidos com a população beneficiária.

No que se refere ao Município de Videira–SC, apresentam-se dados referentes ao período de 2014 a 2018, numa perspectiva de mostrar dados quantitativos de famílias cadastradas, quantas estão sendo beneficiadas, qual o perfil das famílias atendidas, quais os bairros com maior índice de beneficiários. Também sobre as dificuldades de acesso ao programa devido às condicionalidades, bem como pela falta de conhecimento da forma de funcionamento.

A partir do ano de 2004, com a unificação dos programas de transferência de renda, o município disponibilizou um servidor contratado como cargo de confiança para atender e atualizar os cadastros, uma vez que até aquele momento os programas eram divididos entre social, saúde e educação.

Somente em 2007 é que houve a real implantação do programa Bolsa-Família no Município de Videira. Então, disponibilizou-se um servidor técnico administrativo e uma assistente social contratada para manter o sistema alimentado, bem como para efetuar as atualizações dos usuários. Em conversa com a Assistente Social, Salete Vanz, responsável pelo Departamento de Ação Social naquela época, ela informou que não se adotou nenhum procedimento quanto à busca de falhas para cadastro, não existiu mapeamento das áreas para atualizar ou cadastrar. Apenas juntaram os usuários que já estavam cadastrados nos demais órgãos e as atualizações eram efetuadas a partir da procura feita por eles.

Na época, não havia Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município e todos os cadastros eram realizados dentro do próprio departamento. Não ocorria nenhum controle. Os cadastros eram realizados manualmente e depois lançados em um Disquete e enviados ao MDS. Não existem arquivos para consulta, nem planilhas ou quaisquer tipo de documentos para consultas. Durante o período de 2007 até 2017, todos os cadastros foram efetuados dentro do departamento pelos dois servidores disponibilizados para atender esta demanda. Assim, no decorrer do período, houve modificação dos profissionais nesta área de atuação.

A partir de 2017, foram capacitados outros dois servidores para manuseio do

sistema do MDS, a fim de que os dois CRAS existentes nas áreas de maior vulnerabilidade pudessem realizar os atendimentos dentro dos territórios de abrangência, como forma de facilitar a busca pelo usuário, bem como ter maior conhecimento da realidade e das necessidades do beneficiário.

O Município de Videira conta hoje com uma equipe de quatro servidores concursados efetivos: 03 técnicos administrativos e uma Assistente Social que responde como Gestora do Programa Bolsa Família no Município de Videira/SC.

O programa oferece às famílias quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza. Para ter acesso ao programa, as famílias devem se enquadrar nos valores da renda *per capita* exigida pelo governo federal: ter renda igual ou inferior R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Este programa atende sua demanda dentro de variáveis. É destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R\$ 41,00 por criança.

Quanto às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescente entre 16 e 17 anos, o valor do benefício é de R\$48,00 por mês. Ademais, cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 96,00. Estes valores se referem a dados atualizados do momento.

5.4.1 Dados sobre o Programa Bolsa Família de Videira/SC

Dentro dos dados levantados junto aos arquivos existentes a partir do ano de 2014, os quais se encontram de maneira física em relatórios anuais, constatou-se que, no ano de 2014, existiam 1651 pessoas cadastradas. Isso totaliza 734 famílias beneficiadas, sendo 1.423 crianças de 0 a 15 anos e 228 adolescentes de 15 a 18 anos. Saliente-se que o MDS classifica crianças até a idade de 15 anos. Gestantes somavam um número de 00 e nutris 00. Os valores repassados eram e continua sendo desigual, pois, para criança, gestante e nutris o valor repassado é inferior ao repassado para adolescentes. Ressalte-se ainda que adolescentes, os quais

completem 18 anos e estejam estudando, continuam recebendo até completar o ensino médio. Os valores repassados no ano de 2014 no município para beneficiário somou um saldo de R\$ 103.402,00. No ano de 2015, os dados apresentados foram um quantitativo de 1.271 pessoas cadastradas, equivalendo a 567 famílias beneficiárias. Isso soma um total de 1.092 crianças, gestantes, nutris 00 e 179 adolescentes, totalizando o valor repassado pelo governo de R\$ 80.067,00.

Em 2016, os números somaram um total de 448 famílias, sendo 926 crianças 134 adolescentes. Não constam dados de gestantes e nutris. Os valores repassados somam a quantia de R\$ 66.567,00 durante este ano. Consta ainda que neste período os valores pagos variavam de R\$ 35,00 a R\$442,00 por família. Em averiguação de relatório, contatou-se que, até o mês de abril de 2016, o município de Videira possuía 3.047 famílias registradas no Cadastro Único, uma exigência legal para ter acesso a qualquer benefício social. Isso não significa que todas as famílias tinham algum tipo de recebimento. No ano de 2017 a quantidade de famílias cadastradas sofreu queda significativa. Totalizou 687 crianças e 111 adolescentes, o equivalente a 362 famílias beneficiárias com um valor repassado pelo governo de R\$ 47.009,00.

Em 2018, segundo dados levantados junto a Sra. Vivian Breniak, responsável pelo setor, existem 332 famílias cadastradas e recebendo o benefício. Todavia não há estimativa de valores a serem repassados, pois informou que estes valores não são de fácil acesso. Além disso, só consegue acessá-los anualmente, por isso não conseguimos concluir todos os dados por falta de informação das fontes consultadas. Em conversa com a responsável, ela salienta que a redução da quantidade de famílias se dá devido à falta de recadastramento, documentação exigida, bem como o não cumprimento das condicionalidades impostas pelo Governo Federal. Também informou que existem algumas famílias que estão com seus benefícios bloqueados e aguardam liberação mesmo se enquadrando nas condicionalidades.

5.5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO

O Estágio Curricular obrigatório de Serviço Social foi realizado no Departamento de Ação Social do município de Videira, no período de fevereiro de 2017 a junho de 2018, em dias intercalados: terças-feiras e quartas-

feiras. Ainda em outros dias, caso realizasse atividades extras, reuniões ou atendimentos de urgência. O estágio estava direcionado aos atendimentos junto ao Programa Bolsa Família, todavia realizamos todos os tipos de intervenção que demandasse.

Passa-se a focar alguns relatos técnicos para demonstrar a intervenção realizada para atingir os objetivos propostos.

VISITA DOMICILIAR

Data: 12 de dezembro de 2017

Duração: 4 horas.

Horário- Das 8 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora, usuários.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Visita domiciliar.

Objetivo: Orientação e visita domiciliar.

Pauta: Averiguação.

Relato Técnico:

Orientação e intervenção na situação de família com problemas de uso de álcool. Averiguação da real situação da família para buscar possível ajuda diante do fato constatado.

Avaliação do Estagiário:

Nesta data realizamos visitas na residência de um usuário a pedido de sua genitora para intervir e auxiliar quanto brigas e discussões que ocorrem. Ela relatou que as divergências familiares ocorrem porque marido não trabalha e faz uso de álcool. Ainda foi avaliada a situação de falta de alimentação, uma vez que somente com o trabalho da genitora não estão conseguindo se manter.

Diante do relato e da observação, foi concedido auxílio alimentação para a família e agendado atendimento para os encaminhamentos necessários para saúde com tratamento e internamento do usuário. Vale relatar que, na data, ele estava de acordo em buscar ajuda, porém não compareceu. Da mesma forma, agendou-se

consulta junto ao CAPS e realizado contato via telefone para o comparecimento na consulta.

VISITA DOMICILIAR

Data: 03 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 13 às 17 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora e público alvo desta unidade.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Visita domiciliar, relatório, observação, intervenção.

Objetivo: Intervenção, na busca de dados sobre familiares.

Pauta: visitas famílias em situação irregular do cadastro Bolsa Família

Relato Técnico:

Na oportunidade, foram realizados 05 atendimentos, a fim de fazer avaliação situacional dos cadastros e reavaliar a situação das famílias para garantir o acesso ao benefício. Realizou-se visita, observação e entrevista nas famílias abordadas e relatório das situações, com foco na atuação da garantia ao acesso ao benefício.

Avaliação do Estagiário:

Durante as intervenções, é possível observar a necessidade das visitas, pois as famílias abordadas não possuíam conhecimento das condicionalidades para manter o acesso ao programa de transferência de renda Bolsa família. Verificou-se que todas estavam com cadastros desatualizados, com nova estrutura familiar composta e não cadastrada, conforme as necessidades e condicionalidades exigidas pelo governo.

Importante ressaltar que, a cada nova visita realizada, ouviam-se relatos de situações e problemáticas enfrentadas pelos usuários. Sinalizavam que a cada dia estamos vivendo e vivenciando o aumento das expressões da questão social.

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO

Data: 05 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 08 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária e supervisora

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Relatório.

Objetivo: relatar visitas realizadas bem como responder ofício para MP.

Pauta: Trabalhos internos e atendimento interno.

Supervisora: Rosenir Corso

Relato Técnico:

Elaboraram-se relatórios de dois usuários para os quais eram necessárias justificativas para fornecimento de auxílio alimentação. Relatou-se a situação averiguada anteriormente. Também foi realizado atendimento junto ao usuário de orientação. Por fim, respondeu-se a ofício ao MP da situação de uma família na qual o genitor não trabalha, a genitora está em prisão domiciliar por tráfico, é usuária de substância psicoativa e gestante.

Avaliação do Estagiário:

Nesta data, foi possível entender ainda mais a importância de uma visita bem observada, de uma entrevista bem elaborada para que, com os dados coletados e a observação feita, tenha-se argumentos e embasamento para expor as situações nos relatos, a fim de poder desempenhar um bom relatório e justificar coerentemente a ação do profissional. Não se pode perder de vista que toda a intervenção ou atendimento do Assistente social deve ser relatado e embasado para justificar a ação e o trabalho desenvolvido pelo profissional dentro de suas atribuições

VISITA DOMICILIAR

Data: 09 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 08 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora e usuários.

Estagiaria: Silvana Toccolini

Supervisora- Rosenir Corso

Instrumental Técnico Operativo: Visita domiciliar, encaminhamento, entrevista.

Objetivo: Garantia de direito ao benefício por motivo de doença de pessoa idosa.

Pauta: Auxílio a pessoa idosa.

Relato Técnico:

Garantia de direito à pessoa idosa com problema de saúde BPC.

Avaliação do Estagiário:

Nesta manhã, dirigimo-nos até a residência de dois idosos, os quais não possuem familiares. O masculino recebe aposentadoria e a sua esposa já com 71 anos e não possui benefício ou aposentaria.

Em decorrência da debilidade ocasionada por problemas de saúde de ambos, não estão conseguindo manter o mínimo necessário para sobrevivência, pois, segundo entrevista e observação das condições, apresentam-se em situação de vulnerabilidade, uma vez que, mesmo tendo a renda de um salário mínimo, os valores gastos mensalmente ultrapassam a renda familiar.

Vale salientar que houve encaminhamento da idosa para atendimento médico, a fim de justificar a necessidade do auxílio doença.

PALESTRA INFORMATIVA

Data-11 de janeiro 2018

Horário- Das 13 às 17 horas.

Local: Escola do Bairro Amarante

Participantes: Estagiária, supervisora, usuários e trabalhadores do SUAS.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Palestra

Objetivo: Orientação, informação.

Pauta: Palestra informativa.

Relato Técnico:

Nesta data participamos da palestra, juntamente com a orientadora da equipe do departamento e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ,com o intuito de orientar acerca do papel da assistência e dos programas e dos trabalhos desenvolvidos.

Avaliação do Estagiário:

Este trabalho é realizado junto a alguns órgãos para orientar a participação da assistência, uma vez que, no município, grande parte do território não possui cobertura por CRAS. Nessa oportunidade, explanou-se sobre a importância de cada usuário procurar o CRAS de abrangência. E que não necessitasse deslocar, caso haja necessidade até o centro, no departamento, pois os mesmos serviços são ofertados junto à assistência central e que os trabalhos desempenhados nos bairros que possuem CRAS equivalem aos mesmos do departamento. Dessa forma alivia o trabalho, levando-se em consideração que a maior parte do território do município não possui abrangência de CRAS. Ainda, a partir do atendimento realizado, fez-se o encaminhamento para o órgão competente.

Sempre foi realizada a visita domiciliar antes do encaminhamento, para ter o real conhecimento da situação da família. Considera-se um trabalho relevante, uma vez que o público prioritário alvo da assistência, grande parcela, não tem conhecimento dos seus direitos e deveres. Alguns buscam a assistência a fim de resolver todos os seus problemas. Porém, nesta data, orientou-se sobre cada órgão de atuação e o papel que cada um desempenha na sociedade. Também acerca da atribuição do usuário.

VISITAS PARA RECADASTRAMENTO

Data: 16 e 17 de janeiro 2018.

Duração: 4 horas.

Horário- Das 08 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora e usuários.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Observação, visita, intervenção.

Objetivo: Orientação.

Pauta: Visitas para recadastramento de beneficiários do BPC.

Relato Técnico:

Nesta data realizamos visitas concernentes aos beneficiários do BPC. Em razão da falta de atualização, estes estão com seus benefícios suspensos. Constatou-se que alguns não tinham conhecimento da importância do recadastramento; outros já não residem no município. Inclusive constatou-se um óbito entre os beneficiários.

Avaliação do Estagiário.

Na oportunidade, o aprendizado foi de grande valia, pois cada família atendida relata sua real situação, suas dúvidas e suas queixas. Alguns acomodados e mal informados já chegam culpando o sistema. Apresentaram-se grosseiros. Mas isso ocorre por serem leigos acerca dos reais direitos e deveres. Ao final dos trabalhos designados para este dia, pode-se ter uma avaliação positiva, pois sempre que há a oportunidade de auxiliar e orientar uma pessoa, tornando-a conhecedora de suas dificuldades, enaltece o nosso trabalho. Diga-se então, que, dentro de nossas atribuições profissionais, este é o resultado que se busca enquanto profissional.

Nesta data, estivemos novamente na residência para visita de acompanhamento de usuário de álcool encaminhado para tratamento constatou-se que o usuário estava trabalhando de pedreiro autônomo e que, no momento, não estava fazendo uso de álcool, segundo relato da genitora. Não estava fazendo uso da medicação, portanto a situação encontrava-se instável. Sua companheira salientou que, caso houvesse necessidade, entraria em contato e que no momento estava tudo bem.

ANÁLISE SITUACIONAL

Data: 19 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 8 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora e familiares.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Visita Domiciliar, entrevista, observação.

Objetivo: Estudo Social .

Pauta: Análise Situacional.

Relato Técnico:

Nesta data realizamos visita à família de um jovem usuário que perambula pelas ruas, fazendo uso de substâncias psicoativas e álcool, já internado por várias vezes e com várias passagens policiais. Ademais, esteve recluso por furto e outros.

Avaliação do Estagiário:

Diante desta visita, observaram-se algumas expressões da questão social que envolvem a família (vínculos familiares fragilizados, falta de informação, falta de condições financeiras, falta de acesso às políticas públicas). Também ficou bem explícita a questão de desgaste emocional, talvez não levada a sério quando na juventude.

Outra circunstância que demonstra ser um fator gerador de desequilíbrio é o uso de bebida, pois sua genitora revelou que ele fazia uso desde os 14 anos. Ainda, em uma de suas falas disse que nunca tiveram um bom relacionamento familiar, que saiu de casa ainda na adolescência, que em algumas circunstâncias apresentava traços de agressividade. Também foi possível observar que os familiares possuem uma aversão à condição de vida em que está.

Na observação, também se constatou que este usuário necessita de tratamento psiquiátrico na tentativa de ajuste emocional e de conduta, pois, segundo observado nas colocações feitas pela família, ele possui ideias conturbadas e um desequilíbrio emocional. Essa realidade foi exposta pela genitora. Também enfatiza que não tem interesse em ajudá-lo, pois já desistiram. Usou o termo “lavei as mãos para ele”. Na ocasião foi orientado quanto à importância da família para a recuperação. Porém sem êxito naquele momento.

Saliente-se neste caso a importância dos vínculos familiares, os quais devem ser trabalhados para a possível reestruturação do jovem. Tenha-se presente que em

breve retornará do tratamento e o apoio da família é essencial para que não retome ao vício subitamente.

Realizou-se encaminhamento ao CAPS para consulta e internamento.

VISITA DOMICILIAR

Data: 23 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 8 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora, usuários.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Observação, visita domiciliar, entrevista.

Objetivo: Auxílio às necessidades peculiares da demanda de usuários da assistência.

Pauta: Verificar, mediante visitas, as situações expostas denunciadas para a assistência.

Relato Técnico:

Nesta data foi efetuado visita domiciliar e entrevista, para uma família da qual se recebeu denúncia de situação de vulnerabilidade, negligência e precarização de vida. Realizou-se a visita para avaliar a real situação.

Avaliação do Estagiário:

Em visitas realizadas a duas famílias que estavam vivendo em condições vulneráveis vinda do estado do Maranhão, constatou-se que apresentavam seus direitos violados quanto à alimentação, pois haviam chegado a uma semana nesta cidade e conseguiram um local pequeno com dois cômodos para residir. Era uma soma de 8 pessoas, sendo 5 crianças. Foram apanhadas as documentações para cadastramento e atualizações junto ao Bolsa-Família, fornecida a alimentação e encaminhados ao Conselho Tutelar para auxiliar em vagas no CEMEI e escola para as crianças. Dessa forma, deu-se a eles a garantia de vida digna e assegurado o direito à alimentação para as crianças. Já, quanto aos adultos, foram encaminhados para o mercado de trabalho junto à empresa BRF.

Vale salientar que dois adultos já estão trabalhando no mercado informal, aguardando serem chamados na empresa encaminhada. Já as crianças estão na escola e CEMEI.

ORIENTAÇÃO PARA RECADASTRAMENTO

Data: 24 de janeiro de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 8 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária, supervisora usuários.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Visita domiciliar.

Objetivo: Orientação sobre recadastramento do Bolsa Família.

Pauta: Averiguação.

Relato Técnico:

Orientação e intervenção nas situações de atualização dos cadastros do programa Bolsa-Família junto aos usuários que estão em desacordo com as condicionalidades. Realizou-se visita e entrevista com cada usuário pendente e priorizou-se o atendimento ao chefe familiar já no cadastro ativo.

Avaliação do Estagiário:

Nesta data, realizaram-se 8 visitas, a fim de encaminhar o usuário junto ao departamento para atualizações necessárias do cadastro Bolsa família. Verificou-se que todos os visitados se encontram com pendências, 02 deles estão com o valor em aberto sem ter efetuado saque. Do observado, percebe-se a falta de interesse, pois, enquanto não há o bloqueio, não se empenham para manter cadastro atualizado. Igualmente, em alguns casos mapeiam, escondem a mudança de situação para não ter o benefício suspenso.

AVERIGUAÇÃO

Data: março de 2018

Duração: 6 horas.

Horário- Das 14 às 17 horas. Das 14 às 17 em dias diferentes.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária e Conselho Tutelar

Estagiaria: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Entrevista.

Objetivo: Auxílio moradia.

Pauta: Averiguação do fato.

Relato Técnico:

Com o intuito de auxiliar uma família com 05 crianças, a diretora do departamento solicitou auxílio dos meus trabalhos enquanto estagiária para averiguação *in loco*, entrevista e análise da situação para auxílio.

Ao chegar ao local, constatou-se que a família encontrava-se em uma garagem cedida por um morador para passar a noite. Verificou-se que se tratava de uma família vinda de Foz do Iguaçu. Segundo o responsável familiar, ele esteve a dias atrás no município. Encontrou trabalho, deixou uma casa em vista para residir e retornou para buscar a família. Porém, ao retornar na noite anterior, o dono do imóvel já teria locado para outra pessoa.

Então, andando pela rua, um morador se compadeceu, deu-lhes um colchão e alguns cobertores e cedeu uma garagem da casa para ficar. Ainda relatou ao morador que no dia seguinte arrumaria um local para ficar. E isso não ocorreu. Diante dos fatos, entrou em contato com o serviço social do município e com o Conselho Tutelar, pois, como este homem já esteve na cidade, conhecia uma família que morava em outro bairro. Pediu para ir até o local, pois achava que teria um espaço para ficarem. Realmente isso ocorreu, a família foi conduzida até próximo ao local, pois o proprietário da casa não queria o carro do Conselho e ninguém da prefeitura em sua residência,

Também foram levados alguns pertences ganhos dos vizinhos onde ficaram até aquele momento. Por hora estaria tudo acertado. Assim foi repassado o fato na manhã da segunda para o CRAS do Bairro onde estavam residindo, uma vez que este atendimento teria sido realizado na tarde de sábado.

Na terça-feira da mesma semana, fomos novamente acionadas pelo departamento para atendimento, uma vez que a família se encontrava lá sem

trabalho e sem ter onde residir. Diante da situação, sugeriu-se que retornassem ao município de origem. A sugestão foi aceita, pois já não havia motivos para permanecer aqui, com 05 crianças sem ter onde ficar e sem trabalho. Lá tinham família e um barraco para ficar. Diante do fato, auxiliei com alimentação e com as passagens para a viagem. Orientou-se que não tornasse a realizar tal procedimento, pois, além dos riscos, estava colocando em situação de vulnerabilidade toda a família.

Avaliação do Estagiário:

Diante deste fato atendido, foi possível observar o desespero de um pai em busca de uma vida digna. Igualmente a má fé diante de pessoas humildes por parte do senhor que havia lhe prometido o local para ficar. Deparamo-nos com essa situação frequentemente na atual conjuntura que se encontram os pais. Existem pessoas que saem em busca de um trabalho e, na maioria das vezes, encontram as portas fechadas, pois sabemos que o exército de reserva (como estudado) está aumentando significativamente. E ainda existem pessoas que confiam na palavra do ser humano, a ponto de pôr em risco a família para buscar uma vida melhor.

AVERIGUAÇÃO

Data: 11 de abril de 2018

Duração: 4 horas.

Horário- Das 8 às 12 horas.

Local: Departamento de Ação Social

Participantes: Estagiária.

Estagiária: Silvana Toccolini

Instrumental Técnico Operativo: Visita domiciliar.

Objetivo: Orientação e auxílio.

Pauta: Averiguação.

Relato Técnico:

Nesta data recebemos ligação referente à situação de um senhor que verbalizava ideias suicidas. Entramos em contato com o CAPS, mas não havia ninguém da equipe trabalhando, pois estavam em curso. Na Saúde simplesmente

mandaram chamar o SAMU. Foi notória a falta de comprometimento com o ser humano, fato indignante, afinal temos compromisso assumido e cada órgão deveria atuar dentro de suas atribuições.

In Loco para averiguar, quando no local, o vizinho que havia ligado relatou que há dias este cidadão encontrava-se residindo naquele local. Ademais, por algumas vezes já haviam fornecido alimentação e o levado para o quarto onde estava, pois chegava embriagado e caía antes de conseguir chegar até o cômodo em que estava residindo.

Para surpresa, quando bati à porta, tratava-se do homem atendido no mês de janeiro quando a esposa dispensou atendimento por estar bem e estar trabalhando. Ocorre que este mesmo embriagado relatou que sua companheira o colocou para fora de casa com medida protetiva após discussão com agressão física. Ainda que então passou a residir naquele local sozinho. Não tem trabalho. Disse-me que em alguns dias faz “bicos” como pedreiro. Estava fazendo uso de bebida diariamente e tinha um litro do lado da cama. Enquanto conversávamos, ingeriu a bebida. O local onde está residindo é um quarto o qual possui uma cama de solteiro e uma TV, nada além.

Diante da situação, acionei o bombeiro para levá-lo ao PAME para atendimento. Posteriormente repassei a situação para o CAPS e fizemos contato com a ex-esposa para que acionasse os familiares a fim de acompanhá-lo. Mais tarde fiz contato com o CAPS e já estavam em atendimento do cidadão.

Avaliação do Estagiário:

Neste atendimento foi possível observar que o acompanhamento, mesmo que negado pelos familiares, faz-se necessário, pois, como visualizado, quem sabe se tivéssemos acompanhado a situação não teria se agravado a tal ponto. Levo isso como experiência da necessidade de estar vigilantes com as famílias que estão mais vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTÁGIO DESENVOLVIDO

A partir da percepção obtida pela intervenção de estágio, temos a certeza de que o processo de estágio só veio agregar conhecimento tanto da área da atuação do profissional de Serviço Social como para a condição de vida por meio das

experiências vivenciadas durante a intervenção com o usuário.

Salientamos que, dentro da profissão do Assistente Social, não devemos julgar ou pré-julgar o nosso público alvo, pois não somos conhecedores da realidade das pessoas. Há que respeitá-las, independente da condição social, crença, raça, cultura e costumes. Somos conhecedores da teoria a qual nos informa que as mazelas da sociedade não são produto do indivíduo, mas de uma série de fatores produzidos pelo meio. Além disso, eles desencadeiam essa situação fazendo com que a falta de oportunidades, de conhecimento, de educação e de cultura ocasionem o estado de vulnerabilização do ser humano.

Só quem tem a oportunidade de frequentar ensino especializado, direcionado para proporcionar um olhar crítico da realidade pode tentar entender as mais diversas formas de vulnerabilidades com as quais nos deparamos diariamente junto às realidades da demanda atendida pelo Serviço Social.

O processo de intervenção junto ao Programa Bolsa-Família foi um aprimoramento de conhecimento em que se pôde ter conhecimento da realidade nua (da real condição) das formas de vida dos usuários do sistema beneficiário em que o programa Bolsa-Família atua. Além disso, possibilitou visualizar as mais diversas conjunturas das expressões da “questão social”, a qual leva à dependência de recebimento de valores que os tornam menos vulneráveis dentro de suas condições de sobrevivência. Estar inserido nesta realidade e conseguir entender este processo é o que realmente faz a diferença no profissional.

Durante a intervenção realizada no período de estágio, ocorreu melhor entendimento do quão sofrida é a vida das pessoas que não possuem conhecimento para buscar seus direitos. Uns por medo, outros por vergonha, ainda por falta de conhecimento; outros por desacreditarem que poderiam ter acesso aos esses direitos. Poder auxiliar e trocar ideias, empoderar o usuário, torna-se um trabalho gratificante, visto que muitas vezes, na ingenuidade do usuário, conseguimos perceber o quanto uma palavra, uns minutos de conversa são importantes.

Mostrar para o que viemos, o que podemos fazer nos torna gratos em operar um trabalho de grande valia, muito embora ainda existam controversas em relação ao fazer do assistente social até mesmo pelo próprio usuários. Eles confundem a verdadeira atribuição do assistente social perante a sociedade baseado em práticas antiquadas, ou formas de tratamento não condizentes com a real forma de atuação.

6 CONCLUSÃO

Ao finalizar este Trabalho de conclusão de Curso (TCC), mencionamos que foram momentos de grande aprendizado, pois, cada novo capítulo que construímos gerou uma busca por conhecimento, pesquisa, muita leitura e cobranças as quais estou certa que contribuíram para nosso aprendizado. Além disso, enquanto acadêmica, pudemos expor um pouco do conhecimento adquirido durante o período acadêmico.

As expressões da “questão social” no país brasileiro se comprovam por meio das transformações no mundo do trabalho, da precarização das relações de trabalho, da falta de políticas públicas, da perda dos modelos de proteção social dos trabalhadores, principalmente em áreas nas quais as situações de pobreza são mais visíveis decorrente do grande índice de desempregados e a baixa concentração de renda da massa operária sobrando, tornando a sociedade desigual.

Essa conjuntura gerada pelo desemprego agrava as situações de vulnerabilidade, pois esta massa “sobrando” de indivíduos na sociedade sobrecarrega cada dia mais a geração de situações que se desprendem dos modelos de sobrevivência. Assim passou a fazer parte de uma estrutura para a qual o Estado propõe um sistema de proteção social que supra minimamente a instabilidade de ordem social que coloca em risco grande parcela da população a qual se encontra fora do mercado de trabalho.

Com a globalização da economia no Brasil, a partir da década de 1990, seguindo a lógica do capital ao satisfazer os interesses do mercado, todas as conquistas alcançadas legalmente na década de 1980 no âmbito da universalização dos direitos sociais e que nem chegaram a serem efetivadas, conforme previa a Constituição Federal de 1988, passam a ser duramente combatidas. Dessa maneira o Estado passou a se dedicar mais ao desenvolvimento de políticas públicas focalizadas na pobreza e extrema pobreza. Dessa forma, a partir dos anos 1990, o sistema brasileiro de proteção social é caracterizado por políticas públicas compensatórias de desenvolvimento econômico, gerando ainda mais a concentração de renda e a manutenção de uma economia voltada para a informalidade.

As ações assistencialistas por parte da gestão pública não são uma novidade. Estão presentes na história das nações. O exemplo mais conhecido, cuja

modalidade é dar dinheiro aos pobres, foi a Lei dos Pobres, instituída na Inglaterra em 1834. Essa lei tinha como função dar dinheiro aos pobres pelas paróquias. Esse dinheiro tinha por finalidade garantir a alimentação da camada da população mais carente e com isso diminuir os problemas sociais no país.

Nesse contexto, os programas de transferência condicionada de renda começam a ter destaque no âmbito do amparo social. Desenvolveu-se no decorrer dos anos e chegou ao seu auge em 2003, com a unificação de outros importantes programas dessa natureza, dando origem ao Programa Bolsa-Família.

Atualmente, o Programa Bolsa Família é o programa que transfere valor monetário de maior alcance e visibilidade no país. É um mecanismo de combate à pobreza no âmbito do sistema de proteção social. Vale salientar que este programa é de inteiro interesse dos governantes em ação no capitalismo, já que, por meio do repasse efetuado pelo governo, automaticamente existe uma injeção de recurso no mercado interno e geração de lucros ao próprio governo e ao sistema capitalista.

No que se refere à pobreza, verifica-se que o programa consegue retirar as famílias beneficiárias da extrema pobreza, permitindo que elas consigam ter acesso aos serviços básicos para a sua sobrevivência. Porém não promove impactos relevantes na ruptura da reprodução da pobreza, uma vez que não atua diretamente na raiz desse feito, mas superficialmente nos seus efeitos mais sinistros. Isso contribui apenas para minimizá-los.

Em relação ao trabalho, embora haja uma polêmica em torno do programa por supostamente desestimular a procura por trabalho, verifica-se que isso não ocorre, uma vez que, diante das necessidades que essas famílias enfrentam no seu cotidiano, em função do baixo valor do benefício, consideram melhor procurarem emprego, ainda que informalmente para sustentarem suas famílias, pois os valores repassados não suprem as necessidades cotidianas dos beneficiários.

Além disso, no que diz respeito à questão da qualidade dos serviços da esfera governamental prestados a esses beneficiários a fim de que sejam cumpridas condicionalidades, verifica-se uma realidade de serviços precários, pois muitas famílias possuem dificuldades de acesso para manter em dia as exigências condicionadas aos programas mais especificamente o Bolsa-Família. Isso ocorre uma vez que estas condicionalidades não vêm como uma forma de aprimoramento ou crescimento. É possível perceber que é um mero feito para que continuem tendo acesso ao benefício.

Quanto à ideia de que as crianças e adolescentes devem ser mantidas nas unidades escolares para garantir seu futuro e possivelmente terem melhores condições de vida estruturada do que seus genitores, este é a realidade pensada pelos estudiosos na implantação do programa. É notório que isso não está acontecendo, pois, de certa forma, os valores repassados não estimulam para que essa prática seja regra.

Nesse sentido, diante das bibliografias consultadas e da observação no espaço público em que o PBF atua, concluímos que o PBF realmente tem sido um programa de grande alcance e visibilidade no país. Ele atinge milhões de famílias no Brasil inteiro e colabora na melhoria das suas condições de vida, principalmente na área da alimentação.

No entanto, não desconsiderando a importância do programa, concluímos também que ele não tem sido suficiente para lidar com a ruptura do drama da pobreza no país. Assim, faz-se necessário um conjunto de ações articuladas que tratem das situações de vulnerabilidade em sua dimensão estrutural. Essas ações implicam a ampliação, democratização e melhoria do sistema educacional brasileiro, dos serviços de saúde, da política de trabalho e renda, da política de habitação etc. Essas ações vão além da política de transferência de renda. Logo, enquanto isso não ocorre, o Programa Bolsa-Família vem sendo o meio de amenizar as mazelas da sociedade empobrecida no país brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. **A inflexão do governo Lula:** política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.) Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010. Link: Acesso em 25 jul. 2016.

BRASIL, **A era do Real.** Brasília: SECOM. Disponível na Internet no site: www.psdb.org.br, 2002.

BRASIL, **Constituição.** Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Fome Zero.** Balanço dos Programas e ações. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome, out. 2005.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – **MDSA.** <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004. **Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.** Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Secretaria de Estado de Comunicação do Governo.**

BRASIL, Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de Monitoramento – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.** Brasília, TCU, março de 2003.

CAMPELO, Tereza; NÉRI, Marcelo C. **Programa Bolsa família:** Uma década de inclusão e cidadania. Sumário executivo/organizadores. Brasília: Ipea, 2013.494p.: mapas, tabs.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Bolsa família 2003-2010. **Avanços e desafios organizadores.** Lúcia Modesto. Brasília: Ipea, 2010.2 v. (366p.).

COHN, Amélia e FONSECA, Ana Maria. **O Bolsa Família e a questão social.** In. Teoria e Debate nº57, março/abril 2004.

CORREA, Juciane S. **As Contribuições do Programa Bolsa Família:** Inclusão e Permanência Escolar: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. UNIFRA, Santa Maria RS.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência na Sociedade Brasileira:** Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ NETO, O. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: Minayo, M. S. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petropolis: Vozes, 1994. cap.3 p. 51-64.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. In: As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Sociologia, pragmatismo e filosofia**. Porto-Portugal. Rés-Editora. Ltda s/d. 2005.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

EUZÉBY, Chantal. **A Inclusão Social: Maior desafio para os sistemas de proteção social**. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001

FONSECA, Ana Maria M. da; ROQUETE, Cláudio. **Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: O Bolsa Família**. In: VIANA, A. L. d' Ávila; ELIAS, Eduardo M. e IBÁÑEZ, Nelson (Org.). Proteção Social: Dilemas e Desafios. SP: Hucitec, 2005.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I, Modulo 3, Londrina 2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx. Disponível em 22 de abril de 2007

<http://www.culturabrasil.org/marx.htm>

<http://www.suapesquisa.com/biografias/marx/>

IAMAMOTO, Marila Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2009

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma**

interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** – 4ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História: 8ª Sociedades e Cidadania.** Bela Vista. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ditadura/>

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas Sociais: focalização ou universalização?** Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), p. 564-574, outubro-dezembro/2006.

LAVINAS, L., VARSANO, R. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

LAVINAS, Lena. **Programas de garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LIMA, A. C. da Cruz; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: O caso do Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

MANOW, Philip. **As vantagens institucionais comparativas dos regimes de estado de bem-estar social e as novas coalizões na sua reforma.** In: DELGADO, M. & PORTO, Lorena. (Org.). O Estado de Bem-Estar Social no século XX. São Paulo: LTR, 2007.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabrício; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?** Revista eletrônica da Scielo. Ed. Julho/setembro de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402011000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 05/01/2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social.** Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 22ª ed., Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2004.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **O Bolsa Família funciona?** Publicado em 04 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=225>. Acesso em: 06/01/2019

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010).** 537f. Tese (Doutorado em Economia) –

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MILANEZ C. A. da S. SILVA, C. M. **A importância do Bolsa Família sobre a economia do Município de Antônio Gonçalves – Bahia.** Id on Line Rev. Psic. V.10, N. 30. Supl 3, Julho/2016 - ISSN 1981-1179.

MILONE, Paulo César. **Crescimento e desenvolvimento econômico:** teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

NETTO, José Paulo; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** demandas e respostas Maria Cristina Piana, 1992.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social:** um desastre para as massas trabalhadoras. In: Lesbaupin, Ivo (org.). O desmonte da nação. Petrópolis, Vozes, 2000.

NETTO, José Paulo. **O serviço social na contemporaneidade:** demandas e respostas Maria Cristina Piana, 1991.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, p. 15-45, 2005.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil:** clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: ENAD, 1997, p. 47-65.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, maio/ago., 2002.

OUVIDORIA PETROBRÁS. **Bolsa Família dá mais autonomia às mulheres.** 2007. Disponível em <http://ouvidoria.Petrobras.com.br>. Acesso em 31/03/07.

POCHMANN, Marcio. **“A Proteção social na periferia do capitalismo – considerações sobre o Brasil”** 2004. São Paulo – SP. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>. Acesso em 20/05/2007

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil:** afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA & SILVA, M. Ozanira da (Coord.). **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva E. **Relatório parcial do projeto a unificação dos programas de transferência de renda no Brasil:** avaliando o Bolsa Família. São Luís: GAEPP/UFMA, 2006.

SLIWIANY, Regina Maria. **Estatística social:** como medir a qualidade de vida. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SOARES, S. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza.** In: ABRÃO, J. de C.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-

2010. Avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia**: característica das políticas sociais latinoamericanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil**. Saúde e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 61-71, jan-jun 2003.

TAVARES, P. A; PAZELLO, E. T; FERNANDES, R.; CAMELO R. de S. **Uma Avaliação do Programa Bolsa Família**: Focalização e Impacto na Distribuição de Renda e Pobreza. Novembro, 2009.

TEMPORALIS. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa. **A questão social no capitalismo**. ABEPSS. Ano II, nº3, janeiro a junho de 2001.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Território no Brasil**. Editora Argos, 2015.

ULLRICH, Carsten. **Soziologie des Wohlfahrtsstaates**. Eine Einführung. Frankfurt: Campus, 2005.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VILLATORO, Pablo. **Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas**: Experiencias en América Latina. In: Revista de la CEPAL, Nº 86, agosto de 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. **O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras**. In: Revista São Paulo em Perspectiva, 2004.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos**: O caso do bolsa Família do governo Lula no Brasil. In: Sur – revista internacional de direitos humanos, São Paulo, Ano 3, n. 4, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. **O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha**. Revista Espaço Acadêmico, nº 84, dezembro.

_____. **O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha**. Revista Espaço. Site desenvolvido por KERDNA Produção Editorial LTDA.